

## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Giuseppe Cocco: “O ‘fazer multidão’ diz respeito à própria constituição da esfera pública”

PÁGINA 11 | Roberto Efrem Filho: “A” verdade jurídica é um monopólio. A transferência da política para o direito

PÁGINA 15 | José Carlos Moreira da Silva Filho: A afirmação positiva da diferença

PÁGINA 19 | Raúl Zibechi: Militarização do Estado criminaliza movimentos sociais

PÁGINA 21 | Jacques Alfonsin: Estado é incapaz de remediar a justiça social

PÁGINA 24 | Bernardo Sorj: Manter a ordem não é criminalizar

PÁGINA 27 | Sérgio Sauer: Ações de criminalização mostram o autoritarismo das instituições

PÁGINA 30 | Ricardo Antunes: Há um processo de deslegitimação tanto das minorias quanto das majorias

PÁGINA 33 | Emir Sader: Movimentos sociais devem estabelecer alianças com o governo

PÁGINA 34 | Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida: “Os pobres só fazem política na hora de votar”

### B. Destaques da semana

» Filme da Semana

PÁGINA 38 | *Antes que o diabo saiba que você está morto*

» Livro da Semana

PÁGINA 40 | *O jovem Stálin*

» Invenção

PÁGINA 42 | Annita Costa Malufe

» Destaques On-Line

PÁGINA 45 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Perfil Popular

PÁGINA 47 | Luiz Carlos Alves Teixeira

» IHU Repórter

PÁGINA 48 | Eusébio Schneider



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## O ‘fazer multidão’ diz respeito à própria constituição da esfera pública”

Para Giuseppe Cocco, não há contradição entre a autonomia e as negociações realizadas entre movimentos sociais e os poderes públicos

POR PATRICIA FACHIN

**A**nalizando o conceito de multidão desenvolvido pelo filósofo italiano Antonio Negri, Giuseppe Cocco, cientista político, avalia a relação de poder entre movimentos sociais, governo e Estado. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele afirma que as lutas dos setores sociais marginalizados pela sociedade, como “os sem-terra, os sem-universidade, os camelôs, os usuários dos transportes coletivos, trabalhadores informais, moradores de favelas, encontram uma nova centralidade”. Essas lutas, assegura, “já lidam com o que chamamos de ‘fazer multidão’”. E sugere: “Nosso esforço precisa ir na direção de se pensar um processo de organização e coordenação que não implique a redução dos muitos ao uno”.

Cocco é graduado em Ciências Políticas, pela Université de Paris VIII, e em Scienze Politiche, pela Università degli Studi di Padova. cursou mestrado e doutorado em História Social, pela Université de Paris I. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pesquisador é membro do corpo editorial da revista francesa *Multitudes*, da revista *Lugar comum* e *Global Brasil*. Cocco é autor de diversos livros entre os quais citamos *Trabalho e Cidadania – Produção e direitos na era da globalização* (São Paulo: Editora Cortez, 2000) e *Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Rio de Janeiro: Record, 2005), em parceria com Antonio Negri.

DIVULGAÇÃO



**IHU On-Line - Para Negri, a multidão, a partir de suas necessidades corporais e materiais, nos impulsionam para a busca da liberdade. Como o senhor percebe essa multidão na atual conjuntura?**

**Giuseppe Cocco -** Começamos pela questão conceitual mais geral, o conceito de multidão. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que Negri<sup>1</sup> não

1 Antonio Negri (1933): filósofo político italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento Abrindo o Livro, promovido

fala de multidões, mas de multidão, no singular e plural ao mesmo tempo. Nesse sentido, trata-se de uma teoria da multiplicidade. Embora vários intelectuais negrianos ou próximos do Negri falem de “multidões”, a proposta do autor é precisamente de pensar um uno que seria ao mesmo tempo múltiplo e não uma multiplicidade como diversidade de conjuntos específicos. Nesse sentido, o conceito de multidão, no singular, é bem mais potente e diferenciado do que seu uso no plural, que abre um espaço de ambigüidade com, por exemplo, o conceito de diversidade e o comunitarismo multicultural.

Nosso esforço deve ir na direção de se pensar um processo de organização e coordenação que não implique a redução dos muitos ao uno. A multidão é exatamente esse conceito, como ele

do pelo IHU, em abril de 2003. Os dois livros estão sendo lidos e debatidos, desde 2007, em dois grupos de estudos do IHU. (Nota da IHU On-Line)

diz, de “um conjunto de singularidades que cooperam entre elas se mantendo tais”, “inúmeros elementos que se mantêm diferentes uns dos outros, e ainda assim se comunicam, colaboram e agem em comum”. O “comum” de uma multidão como um e muitos ao mesmo tempo, mostra que não temos mais que escolher entre diversidade (de identidades) e alteridade.

Trata-se, pois, de um conceito teórico que responde a um duplo desafio: por um lado, ele visa construir o marco de uma política da imanência, quer dizer a construção de um referencial ético interno ao próprio processo de produção (dos valores); por outro, no nível sociológico, o esforço vai no sentido de pensar o trabalho na condição pós-moderna, ou seja da sua extrema e sistemática fragmentação social. A política da multidão é assim necessariamente uma política da imanência, e vice-versa.

A aposta na política da imanência

significa assumir que toda tentativa de unificar os “muitos” — nas figuras do “povo”, da “nação” ou da “classe” — acaba abrindo o caminho à transcendência, ou seja, a uma separação do resultado da fonte, do poder soberano *vis-à-vis* a potência dos cidadãos. Uma separação que, em nome do “contrato social” (hobbesiano), do “interesse geral” (de Rousseau)<sup>2</sup> ou da classe como categoria socioeconômica (do marxismo vulgar e/ou ortodoxo) acaba impondo o poder dos poucos (do uno) sobre os “muitos”, ou seja, a primazia do poder constituído sobre sua fonte constituinte: em nome do povo, da nação ou da classe, sempre tivemos e teremos a transformação da força da Lei (o poder dos muitos, a democracia) em Lei da força (o poder do soberano, seja ele o Rei, o Presidente, o Partido único ou algum Superior Tribunal). Uma política da imanência é uma política da multiplicidade, ou seja, uma política de radicalização democrática. Não há causalidade externa, seja ela o contrato que entrega ao soberano a potência dos sujeitos, seja ela o “interesse geral” que atribui ao Estado o papel de estabelecer uma mediação externa do conflito de classe.

Nesse sentido, se o conceito de “multidão” rompe todo tipo de ambigüidade com as categorias sócioeconômicas de classe, ele continua sendo um conceito de classe. Mas a classe da qual se fala, nesse caso, é aquela de E. P. Thompson,<sup>3</sup> que existe porque se

2 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).

3 Edward Palmer Thompson (1924-1993): historiador britânico marxista. Em seus estudos ele analisa como as experiências de classe influenciam e determinam as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos de modo involuntário. Suas pesquisas se estenderam desde a história do trabalho à história da cultura, o que o inspiraram a realizar estudos sobre sindicalismo, partidos, movimentos sociais, escravidão, motins. Entre 1965 e 1971, foi docente na Universidade de Warwick. Na década de 1970 lecionou em universidades estadunidenses como Pittsburg, Rutgers, Bro-

constitui no conflito. Fora do processo de sua constituição, não há nenhuma “multidão”, mas a realidade sociológica dos estilhaços em que explodiu a relação salarial. Assim, a nova dinâmica política e social, de luta e produção, diz necessariamente respeito ao “fazer multidão”.

Podemos agora discutir, em segundo lugar, a questão do “corpo”. Como disse, a proposta de uma política da multiplicidade é uma política da imanência, ou seja, ela se inscreve em uma perspectiva absolutamente materialista: sendo que a criação não tem princípio externo, ela é um processo interno à matéria, é a própria matéria que é divina. Ora, nada é mais materialista do que colocar o corpo no cerne da reflexão. Isso significa recusar toda separação entre o corpo e a alma, entre as mãos e a mente. Quando falamos do trabalho imaterial como paradigma do trabalho no capitalismo contemporâneo<sup>4</sup> estamos falando do trabalho do corpo, com suas características materiais e instrumentais bem como com aquelas intelectuais, mas também afetivas, comunicativas, cognitivas. Com efeito, trabalhar — hoje em dia — significa afetar e ser afetado.

Isso nos leva a problematizar a noção de necessidade. Pois o que define a potência de um corpo enquanto ele é materialidade dos afetos não são necessidades biológicas isoladas das determinações intelectuais e afetivas de suas relações sociais. Ao contrário,

wn e Dartmoth Colloge. Em 1980, atuou como professor no Queen's University de Kingston, no Canadá. No final da década 1980, trabalhou na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Entre seus livros publicados em português, citamos *Objeções e Oposições* (São Paulo: Paz e Terra, 1996) (Nota da IHU On-Line)

4 Sobre o tema do mundo do trabalho, confira as seguintes edições da IHU On-Line: 1º DE MAIO: *Trabalho e memória* (número 57, de 28-04-2003); *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho* (número 66, de 30-06-2003); *A crise da sociedade do trabalho* (número 98, de 26-04-2004); *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho* (número 161, de 24-10-2005); *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*. (número 177, de 24-04-2006); *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!* (número 188, de 10-07-2006); *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho* (número 216, de 23-04-2007) e *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios* (número 256, de 28-04-2008). (Nota da IHU On-Line)

é a articulação entre esses momentos que atualiza sua potência. É à noção de desejo (*cupiditas*) que devemos recorrer. A produção do mundo, ou seja, do campo aberto das possibilidades, enquanto abertura das possibilidades, não é necessitada (não é biológica), mas desejante. O poder do capital está em sua capacidade de capturar o desejo pela sua redução a uma necessidade, a um único mundo: o poder e a obediência se organizam na redução do horizonte aberto dos mundos possíveis “criados” pelo desejo à necessidade de um mundo só, aquele da acumulação e de seus valores transcendentais, sejam eles teológicos ou mercadológicos. A emancipação passa exatamente pela afirmação dessa dimensão livre e produtiva do desejo, ou seja, a liberdade é o produto e ao mesmo tempo a condição do fazer-se da multidão, das singularidades que cooperam entre elas se mantendo tais, da dinâmica material da política da multiplicidade.

**IHU On-Line - Ao mesmo tempo em que a multidão busca a transformação social, ela é criminalizada pela sociedade e o Estado?**

**Giuseppe Cocco** - A configuração sociológica atual é caracterizada pelo aprofundamento dos processos de segmentação e fragmentação do trabalho e mais em geral das relações sociais. A fenomenologia da passagem é aquela da “precarização” e fragmentação da relação de emprego ao passo que o trabalho se estende à sociedade como um todo. Processo geral que é teorizado em termos de emergência da sociedade do risco<sup>5</sup> na qual os diferentes fragmentos (individuais) tecerem entre eles relações (transações) de mercado, dominadas pelo egoísmo possessivo. Na década de 1990, isso foi teorizado, nos Estados Unidos, como sendo um processo de “brasilianização”: fragmentação social de um mercado de trabalho ultra-hierarquizado, no qual o desemprego se mistura com o trabalho informal e níveis quase nu-

5 Sobre o tema, confira a IHU On-Line número 181, de 22-05-2006; intitulada *Sociedade do risco. O medo na contemporaneidade*, na qual realizamos uma entrevista exclusiva com Ulrich Beck, cujo título é “Incertezas fabricadas”. (Nota da IHU On-Line)

los de proteção social. O livro de Mike Davis,<sup>6</sup> de maneira paradoxal para uma intervenção que se afirma como sendo “de esquerda”, sobre a generalização mundial das favelas, vai um pouco no mesmo sentido. A novidade está no fato de que o que antes era a herança do subdesenvolvimento agora se tornou também uma consequência da modernização. Isso porque o chão de fábrica não concentra mais a produção em grandes plantas industriais e com elas, desapareceram, os grandes contingentes, compactos e homogêneos, de operariado industrial. A fábrica se espalhou na sociedade e se tornou terciária. Como Marx o tinha previsto, quando toda a sociedade se torna fábrica, esta tende a desaparecer e, com ela, desaparece também a relação salarial. Isso não significa, como dizem as apologias da pós-modernidade, que a exploração se torna marginal. Pelo contrário, ela também se difunde na sociedade e traduz-se, como sabemos, na perda de direitos, enfraquecimento das organizações sindicais de tipo operário, fragmentação das formas de organização social, não reconhecimento da dimensão produtiva da vida enquanto tal. Mas isso tampouco significa que o único caminho da resistência se torne uma paroxística (e impotente) defesa de uma via neo-industrial, ou seja, o saudosismo pelas antigas formas de exploração. Ao mesmo tempo, as lutas dos setores sociais “marginais”, como, por exemplo, os “sem-terra”, “sem universidade”, os camelôs, os usuários dos transportes coletivos, os trabalhadores informais, os moradores das favelas, os desempregados encontram — o que em nada reduz sua dramaticidade e a violência que devem enfrentar — uma nova centralidade. Essas lutas já lidam com o que chamamos de “fazer multidão”, ou seja, com o desafio de juntar a organização da luta com aquela da organização da produção.

<sup>6</sup> Mike Davis: intelectual de origem operária, é professor de urbanismo no Southern California Institut of Architecture e articulista da imprensa americana. Aqui se trata do livro *Cidade de Quartz. Escavando o futuro de Los Angeles* (São Paulo: Scritta, 1990). Ele também é autor do livro *Ecologia do Medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre* (Rio de Janeiro: Record, 2001). (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line - Como o pensamento de Foucault sobre sociedade disciplinar e a sociedade de controle nos ajudam a compreender as relações estabelecidas entre o poder público e os movimentos sociais?**

Giuseppe Cocco - Creio que a noção mais apropriada proposta por Foucault,<sup>7</sup> para apreender as tecnologias contemporânea de poder, é aquela de biopoder. Foucault tem teorizado três grandes formas de poder. Uma, que ele chamava de forma arcaica, era aquela do poder soberano que se exercia essencialmente como um “poder de fazer morrer e de deixar viver”. Ou seja, o soberano arcaico não determinava as formas de cooperação (as formas de vida), mas as deixava acontecer e as capturava por meio de uma ação meramente negativa, de seu poder, punitivo, de “fazer morrer”. A segunda forma é aquela — típica da modernidade industrial — da sociedade disciplinar. Talvez, é a teorização foucaultiana mais conhecida: seu paradigma é o *pa-*

<sup>7</sup> Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da loucura, O nascimento da clínica, As palavras e as coisas, A arqueologia do saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e punir* e *A história da sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004 e edição 203, de 06-11-2006, ambas disponíveis para *download* na página do IHU. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*. (Nota da IHU On-Line)

*nopticum* de Bentham.<sup>8</sup> Sua mecânica é aquela do disciplinamento dos corpos dos indivíduos dentro das engrenagens de uma máquina social moldada em torno de instituições “concentracionárias” que têm como protótipo o campo de trabalho, ou seja, a prisão e as grandes plantações escravocratas das colônias americanas. Na disciplina, vigia-se e pune-se para corrigir, para domesticar. A terceira forma de poder, da qual fala o filósofo francês, é a própria de uma sociedade de “segurança”: por um lado, essa tecnologia de poder corresponde ao que Deleuze<sup>9</sup> chamou, um pouco mais tarde, de sociedade de controle. Pelo outro, trata-se de “um poder de fazer viver e deixar morrer”, ou seja, de um poder que não visa mais os corpos dos indivíduos, mas o conjunto da população considerada como espécie, ou seja, como meio ambiente. Entre essas três formas de poder não há, em Foucault, uma linha de sucessão progressiva, mas uma relação de sobreposição. Se a forma mais contemporânea funciona como paradigma de referência, ela se articula com as outras em dosagens e graus diferentes. Assim, a sociedade de “segurança” continua contendo elementos da disciplina e do poder soberano (arcaico), mas sua gestão do “risco” sobre determina os outros elementos gerenciais.

Sabemos que os esforços de Fou-

<sup>8</sup> Panóptico: termo utilizado para designar um centro penitenciário ideal desenhado pelo filósofo Jeremy Bentham em 1791. O conceito do desenho permite a um vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. O nome aplica-se também a uma torre de observação localizada no pátio central de uma prisão, manicômio, escola, hospital ou fábrica. Aquele que estivesse sobre esta torre poderia observar todos os presos da cadeia (ou os funcionários, loucos, estudantes, etc.), tendo-os sob seu controle. O termo é utilizado na obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, para tratar da sociedade de controle, e pelos teóricos das novas tecnologias, como Pierre Lévy e Howard Rheingold, para designar o possível controle exercido pelos novos meios de informação sobre seus usuários. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson e Nietzsche, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

cault para analisar as tecnologias de poder foram apreendidos de diferentes maneiras, contraditórias entre elas: por um lado, temos os intelectuais que – na esteira dos trabalhos de François Ewald<sup>10</sup> – usaram o conceito de poder de “segurança” e de biopoder para, numa perspectiva apologética da condição pós-moderna, teorizar a sociedade de risco, ou seja, um retrocesso generalizado das relações sociais como sendo algo desejável ou inevitável. Numa abordagem simétrica e, pois, parecida, das teorizações de Foucault, encontramos as posições catastrofistas de Agamben<sup>11</sup> (ou de Paulo Arantes<sup>12</sup> no Brasil) que assumem o biopoder como um horizonte totalitário intransponível, um dispositivo de controle absoluto da vida cuja fenomenologia seria o eclipse da política

10 François Ewald (1946): intelectual francês. (Nota da IHU On-Line)

11 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV, em Veneza, onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006), *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista “Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben”, com o filósofo Jasson da Silva Martins. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

12 Paulo Arantes (1942): filósofo brasileiro, doutorou-se pela Universidade de Paris IV. Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), o pensador marxista dirige a coleção *Zero à Esquerda*, da Editora Vozes e a *Coleção Estado de Sítio*, da Boitempo. Sua obra associa o rigor da filosofia hegeliana e marxista com análises sociológicas e antropológicas da realidade cultural brasileira. Arantes concedeu uma entrevista à IHU On-Line 248, de 17-12-2007, intitulada “A violência institucional ilegal é exercida hoje como uma política sistêmica. Governos não fazem mais a diferença”. Ela está disponível na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

## “Se não fosse trágica, a postura da grande mídia seria até ridícula: depois de ter pedido a criminalização dos movimentos, multiplica os editoriais contra o “Estado policial” depois da prisão de Daniel Dantas e Cia”

na forma do estado de exceção.

Com Negri e também com Deleuze, podemos – ao contrário – assumir uma posição bem diferente. Se é verdade que o poder investe a vida em sua totalidade, ou seja que por trás da precarização do trabalho assistimos ao fenômeno de uma nova escravidão (toda a vida é investida pela valorização do capital), isso implica em uma afirmação produtiva da vida que o capital e suas tecnologias de segurança não podem nunca negar nem assumir como seu produto. Para que o biopoder possa existir enquanto poder sobre a vida, ele necessariamente precisa de uma biopolítica: de uma potência da vida que lhe é anterior. O conceito geral de sociedade de segurança abre-se a uma alternativa radical: biopolítica contra biopoder, sendo que a biopolítica (a potência produtiva da vida da multidão de singularidades que cooperam entre elas se mantendo tais) é primeira, poderíamos dizer “primordial”.

Nesse contexto, fica evidente que a relação entre movimentos e constituição da esfera pública se torna central. Exatamente como acontece com o MST ou a Central Única das Favelas (Cufa) ou a CUT. Não há contradição – em termos de formas de luta e de prática política – entre a autonomia desses movimentos e as negociações que eles conseguem realizar com os poderes públicos. As lutas, o “fazer multidão”, diz respeito à própria constituição da esfera pública. Algo que nos leva ao debate sobre essa esfera intermediária que foi chamada de “governança”. Se o termo é completamente sobreterminado pela retórica do mercado, a noção de uma instância intermediária de governo flexível e descentralizado

é adequada aos movimentos biopolíticos: é isso que aconteceu com o orçamento participativo de Porto Alegre, com as formas mais avançadas de Planejamento Estratégico das cidades, como foi o caso no ABC paulista, com os movimentos regionais e de organização local. O outro lado da “governança” é o fato, pois, da radicalização democrática e da construção do comum: aqui, a esfera intermediária da “governança” pode coincidir com aquela da radicalização democrática, onde a democracia é o “fazer multidão”: a cooperação das singularidades que se mantêm como tais.

**IHU On-Line - Muitos movimentos sociais reclamam da mudança de posicionamento do governo Lula com os ativistas, após as eleições. Quando um partido chega ao poder, embora não queira, é obrigado a mudar as formas de relações com o capital e fazer alianças aceitando cooperar com políticas neoliberais, por exemplo? É isso que acontece no governo atual? Como entender, nesse sentido, as relações de poder e criminalização estabelecidas entre Estado e movimentos sociais?**

**Giuseppe Cocco** - Aqui há duas questões: por um lado, a criminalização dos movimentos e, por outro, a questão das alianças de governo. O governo Lula não pode ser acusado de criminalizar os movimentos, muito pelo contrário. Podemos dizer que sua relação com os movimentos é – às vezes – limitada pelas suas alianças, como pode acontecer no caso das relações complexas e contraditórias com o agronegócio e, ao mesmo tempo, com os movimentos ligados aos indígenas, aos

“povos da floresta” ou à luta contra o latifúndio. Mas não há como governar sem alianças e, nesse nível, o problema não é apenas do governo, mas da capacidade dos movimentos abrirem brechas que desloquem essas alianças em direção ao terreno da radicalização democrática.

Aliás, apesar das contradições, sobretudo no que diz respeito ao meio ambiente e ao desmatamento, temos o exemplo da conduta exemplar do governo na questão da demarcação das reservas indígenas, em particular em Roraima, na Raposa Serra do Sol. O eventual retrocesso em direção à manutenção dos interesses mais regressivos das oligarquias do latifúndio não virá do governo, mas do funcionamento do Estado, de uma eventual decisão do STF e da retórica soberanista de setores do Exército. Diante disso, precisamos de uma política da multiplicidade e também de um horizonte pós-soberano. A paz não está no (impossível) muro que separaria o Brasil da Venezuela, mas da entrada do vizinho setentrional no Mercosul, uma integração que avança lentamente, não por acaso, por via da obstrução no Senado das oligarquias mais retrogradadas do Norte.

No que diz respeito às alianças, não se trata de algo que acontece “depois” da chegada ao poder, mas que faz parte da própria homologação sem a qual não se chega ao poder. O mais simples e evidente desse mecanismo está inscrito no próprio processo de construção da representação: todo candidato (sobretudo majoritário) tem medo da grande mídia da qual depende parte de sua visibilidade para se eleger. A democracia representativa, que já é uma conquista, não deixa de ser um mecanismo de corrupção da própria democracia. Portanto, a questão é outra: diante do marco inevitável de alianças e, ainda mais grave, do funcionamento do Estado como aparelho burocrático de comando, quais são as brechas que um determinado governo abre para a radicalização democrática, ou seja, para transformar o poder? Ora, essas brechas dependem das bases sociais do governo, de sua capacidade de mobilização.

## “Quem deu legitimidade social à metralha como método de regulação biopolítica da população são esses ‘papagaios de pirata’ que surfam a onda terrível da criminalização dos jovens”

O governo Lula, com toda sua moderação, conseguiu realizar muitas coisas: uma política assistencial mais avançada que já aconteceu, as reformas universitárias, as políticas para agricultura familiar, a inflexão da política econômica, o desdobramento do PAC em PAC social, com investimentos expressivos de urbanização, construção de moradias etc. São alguns primeiros passos, mas já são potentes. É uma ótima base para querer ainda mais. Mas não adianta “querer” mais. Precisamos saber como “fazer mais” e, na condição atual, “fazer mais” é “fazer multidão”. Ora, em nossas metrópoles, avançar no terreno constitutivo da multidão implica, por um lado, no aprofundamento da construção do comum (renda universal, urbanização de favelas, reforma do ensino e dos transportes públicos, acesso universal e gratuito à Internet, e, por outro, capacidade de enfrentar a questão da ilegalidade, da violência como regime fundamental de regulação da população. Seria hipocrisia pura dizer que isso depende da ação do governo federal, ou em geral de uma ação de cima para baixo. O episódio do Exército no morro da Providência<sup>13</sup> mostra a

13 Sobre o episódio ocorrido no Morro da Providência, confira as Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)) (Nota da IHU On-Line)

complexidade de um biopoder que, no Brasil, mistura o poder de matar com o de fazer viver e nos aparece como algo extremamente hierarquizado e difuso ao mesmo tempo. Mas nós precisamos apreender esse biopoder hierarquizado e difuso do ponto de vista da biopolítica, da multiplicidade de sujeitos que vivem e produzem e sem os quais o biopoder seria, muito simplesmente, nu e impotente. Precisamos estar dentro dos planos de resistência e criação que os movimentos das periferias produzem.

### Contribuição da mídia

Por outro lado, a grande mídia monopolista (e os interesses econômicos que a bancam) parece não estar mensurando o impacto do discurso a dois gumes que ela faz sobre a impunidade. Como é possível pedir o “rigor da Lei” contra os camponeses sem-terra e clamar pelo “respeito dos direitos” em favor dos banqueiros e dos corruptores? Não se trata apenas da desigualdade diante da Lei, mas do fato que os trabalhadores sem-terra (os “muitos”) são a Lei, ou seja, a legitimidade, ao passo que os interesses, que, aparentemente, o Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, defende dizem respeito os “poucos” (algumas empresas multinacionais). Se não fosse trágica, a postura da grande mídia seria até ridícula: depois de ter pedido a criminalização dos movimentos, multiplica os editoriais contra o “Estado policial” depois da prisão de Daniel Dantas e Cia.

### IHU On-Line - Como o senhor percebe o subsídio do Estado em relação aos movimentos sociais? Essa relação gera dependência do movimento social?

Giuseppe Cocco - Isso precisa ser visto de maneira não ideológica. Claro que os movimentos precisam manter sua autonomia. Mas de que movimentos estamos falando? Quando falamos dos movimentos dos “sem voz”, fica evidente que sem uma política pública de distribuição de renda não é possível pensar na autonomia dos movimentos. Ora, o que o governo Lula demonstrou, e isso continua “aterrorizando”

## “A transformação dos anjos (jovens pobres, negros e mestiços) em diabos, em comparsas do crime do poder, não é um efeito secundário do sensacionalismo televisivo, mas seu principal produto!”

a elite, é que essa autonomia é possível, sim. A reeleição de Lula se fez contra a vontade do conjunto da grande mídia monopolista que agiu como verdadeiro partido de oposição. E esse evento foi possível porque a política social do primeiro governo Lula abalou seriamente os tradicionais currais eleitorais.

Esse é o debate. A autonomia dos movimentos, sua capacidade de “fazer multidão” depende da constituição do comum. Isso torna a questão do governo central. No entanto, não do governo como “política de Estado”, mas do governo como espaço e terreno de democratização e apropriação pública dos mecanismos de construção do comum. O terreno fundamental dessa radicalização democrática se encontra nos municípios, nas cidades.

De qualquer modo, não se trata apenas disso. Algo que municípios e movimentos deveriam pensar é saber como as instâncias de governos decidem sua atuação nos conselhos de administração de um monte de empresas estatais, privadas (com capital público), fundos de pensão etc. Como decidem todos esses sindicalistas que participam da gestão de fundos bilionários? Por um lado, é uma grande conquista que eles participem desses conselhos de administração. Por outro, é uma grande ocasião perdida que não haja uma prestação de contas “participativa” da atuação deles. Como podemos, depois de tanto ter falado do Orçamento Participativo de Porto Alegre, deixar passar essa ocasião de ver como funciona o ventre do capitalismo? Por que o debate sobre telefonia no Brasil deve ser apenas uma questão de gabinetes de bancos, juízes, gover-

no federal e não um debate público?

**IHU On-Line - As ações realizadas pelos diversos movimentos sociais são apresentadas como crime e irresponsabilidade pelos segmentos conservadores da sociedade? Que valores arraigados na sociedade fazem com que os movimentos sejam deslegitimados?**

**Giuseppe Cocco** - Não vejo nenhuma criminalização dessas lutas pela sociedade. Vejo, sim, setores do Estado tentarem esse caminho, em particular com o MST. Algo que pode chegar a ter alguma efetividade, mas com certeza é ilegítimo. Trata-se, me parece, de uma visão bem curiosa da relação entre legitimidade e legalidade. Os mesmos que clamam pelo rigor da lei contra o MST invocam suas garantias contra algemas e prisões de banqueiros. Com certeza, no Brasil, a novidade não está na desigualdade dos cidadãos diante da lei, mas na dimensão política que o enfrentamento adquiriu, uma dimensão política do enfrentamento da qual depende uma retórica do mercado que, sem força, fica nua como a crise das *subprimes* norte americanas.

Tudo isso se torna ainda pior se lembramos, além da campanha da elite para criminalizar o MST, aquela sobre os temas da “impunidade” que explora de maneira cínica e insuportável a violência. Nesse nível, temos sim uma criminalização dos jovens pobres e negros que se traduz, por exemplo, na atual política de segurança do governo do Estado do Rio de Janeiro. A grande mídia é a grande responsável por estarmos uma situação sem saída. Pegamos só um exemplo: há alguns meses, por ocasião do funesto episódio do menino

arrastado durante um roubo de carro por outros meninos, explorou-se a dor insuportável dos pais para pedir a diminuição da idade penal, atacar o Estatuto da Criança e do Adolescente e pedir mais repressão. O massacre de uma criança foi usado para legitimar o massacre das crianças. Recentemente, assistimos à repetição dessa vampirização cínica. Dessa vez, a dor comercializada era aquela dos pais de um outro menino, metralhado pela polícia no carro da mãe, sempre no Rio de Janeiro. O insuportável chega ao paroxismo. Quem deu legitimidade social à metralha como método de regulação biopolítica da população são esses “papagaios de pirata” que surfam a onda terrível da criminalização dos jovens.

Nas favelas cariocas, nas periferias paulistas, bem como nos campos de refugiados palestinos ou nas periferias francesas ou norte-americanas, o “criminoso”, o “homem-bomba”, não é um agressor externo, mas o genuíno produto do mundo que passa na publicidade e na novela. A maioria da população é materialmente excluída desse mundo das novelas, ao mesmo tempo em que tem acesso inesgotável às suas dimensões simbólicas, imaginárias e discursivas. O que preenche o vazio desse descompasso é a guerra! E, aparentemente, os membros do Conselho Superior do Ministério Público gaúcho gostariam de confirmar essa situação de guerra também nos conflitos onde o MST e outros movimentos conseguem construir sentido, luta e organização.

A transformação dos anjos (jovens pobres, negros e mestiços) em diabos, em comparsas do crime do poder, não é um efeito secundário do sensacionalismo televisivo, mas seu principal produto! Há uma correlação precisa entre a exibição da fantástica impotência dos meninos miseráveis do tráfico e a sabotagem midiática de todos os programas sociais do governo Lula (Bolsa Família, Cotas para negros e pobres, ProUni etc).

Diante disso, lembremos o que Spinoza<sup>14</sup> dizia: só a liberdade funda a Paz e, com ela, o melhor governo. A

<sup>14</sup> Baruch de Spinoza (1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna, e o fundador do criticismo bíblico moderno. (Nota da IHU On-Line)



liberdade não entendida apenas como liberdade de pensamento, mas como produção da vida. Ou seja, a paz não é dada pela “segurança”: ao contrário, é a organização do consenso em República que garante a segurança.

Não há segurança sem proteção social para todos! Bem como não há confiança entre desiguais. Não há como pensar uma paz como “solução” do paradoxo contemporâneo da ampliação dos “direitos humanos” em face da multiplicação dos “homens sem direitos”. Só existirá paz se pudermos voltar a contar com os anjos da *Cidade de Deus* para a construção da cidade dos homens. Só os homens livres, que produzem seus direitos ao mesmo tempo em que os afirmam, constituem a paz.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Giuseppe Cocco, concedidas à IHU On-Line. O material está disponível no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).

Entrevistas:

\* *Uma renda universal. Trabalho e vida tendem a coincidir*, publicada nas *Notícias do Dia* de 10-01-2007;

\* *“Já saímos da sociedade salarial. Mas isso não tem nada a ver com o fim do trabalho, nem com o fim do emprego”*, publicada nas *Notícias do Dia* de 22-04-2007.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas sobre o tema dos movimentos sociais no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu))

\* *Os movimentos sociais no Brasil: novos atores sociais?* IHU On-Line, Edição 70, de 11-08-2003

\* *Movimentos sociais e criminalização: ‘Quando acende uma luz vermelha é preciso procurar a causa do problema’*. Entrevista especial com Plínio de Arruda Sampaio - *Notícias do Dia* de 25-07-2008.

\* *Situação de guerra é declarada aos movimentos sociais*. Entrevista especial com Darci Frigo - *Notícias do Dia* de 12-07-2008.

\* *Movimentos sociais e autonomia frente ao governo*. Entrevista especial com Antonio Marcio Buainain - *Notícias do Dia* de 24-06-2008.

\* *Política e violência. Onde os movimentos sociais devem estar?* Entrevista especial com Gabriel de Santis Feltran - *Notícias do Dia* de 14-05-2008.

## “A” verdade jurídica é um monopólio. A transferência da política para o direito

Para Roberto Efreim Filho, as leis brasileiras, através do “instrumento coercitivo estatal”, criminalizam e deslegitimam os cidadãos

POR PATRICIA FACHIN

Chamar os movimentos sociais de criminosos significa “negá-los, transferi-los do campo da política, da ação social, para o campo do direito”, onde eles serão reprimidos. Essa posição é defendida por Roberto Efreim Filho, assessor jurídico popular do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Direito nas Ruas (NAJUP). Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos de Pernambuco comenta a relação existente entre política e direito e os impactos negativos que essa engenhosa irmandade gera para os movimentos sociais. “O mito da neutralidade”, assegura, “nega a ideologia e as relações do campo jurídico com as estruturas sociais, inclusive com a política.”

Roberto Efreim Filho cursou graduação e mestrado em Direito, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**IHU On-Line - Em que medida a criminalização dos movimentos sociais gera a deslegitimação dos sujeitos coletivos? Como o senhor tem percebido isso no Brasil?**

**Roberto Efreim Filho** - A criminalização forma um movimento de transferência bastante importante naquilo que a hegemonia chama de “pacificação de conflitos”. Ela tira algo do diálogo social, do debate público, algo e o remete à competência do poder coercitivo do Estado, do Poder Judiciário, da polícia. Na instância da coerção, não existe dissenso, possibilidade de discordância. Não adianta discordar do Poder Judiciário, afinal sua estrutura existe em razão “da” (única, absoluta) decisão verdadeira. Por mais que em tese existam aparatos recursais, os princípios do contraditório e da ampla defesa, há uma hierarquia que, mais cedo ou

mais tarde, decidirá fatalmente pela verdade. Se só existe de fato “a” verdade a ser decidida pelo juiz, o outro, o discordante é negado. Isso gera segurança à ordem.

No caso da criminalização dos movimentos sociais, chamar esses sujeitos de “criminosos” significa negá-los, transferi-los do campo da política, da ação social, para o campo do direito, visto que é no direito e na coerção que crimes devem ser contidos. O que não é dito é que não existe uma separação óbvia entre a política e o direito. O campo jurídico possui íntimas relações com o campo do poder, ou seja, suas estruturas são muito próximas. De onde vêm os magistrados? De que classes? Onde estudaram? Qual a sua cor? Com quem conviveram? O direito é eminentemente ideológico, sua aplicação também o é.

O mito da neutralidade, entre-

**“O MST desrespeita a lei?  
E a lei? Ela não  
desrespeita o MST? Esta  
última pergunta me  
parece fundamental  
notadamente quando  
falamos em convencer as  
pessoas da legitimidade  
do movimento”**

tanto, nega a ideologia e as relações do campo jurídico com as estruturas sociais, inclusive com a política. A neutralidade vem justificar uma autonomia absoluta do campo, de fato inexistente, mas na qual seus membros acreditam piamente. A criminalização, por isso, é uma política de deslegitimação dos sujeitos efetuada através do instrumento coercitivo estatal. Com ela, os demais campos da hegemonia colaboram — é só notar a participação dos meios de comunicação no processo de feitura de consensos — para negar os movimentos e suas pautas.

**IHU On-Line - O MST, em específico, é um dos movimentos sociais brasileiros que mais recebe críticas por sua forma de atuação. Como explicar para a sociedade sua legitimidade e compreender suas atitudes (ocupações de terras, protestos, passeatas) que são vistos pela maioria da população e pela justiça como algo ilegal?**

**Roberto Efreim Filho -** O MST desrespeita a lei? E a lei? Ela não desrespeita o MST? Esta última pergunta me parece fundamental notadamente quando falamos em convencer as pessoas da legitimidade do movimento. A lei não é boa em si. Ela não garante segurança em si. A lei ocupa um lugar sacralizado tanto no campo jurídico como no espaço social. Ela foi historicamente admitida como ferramenta contra a tirania de certas vontades alheias ao direito. Mas é de se problematizar se não pode ser

ela mesma — a lei — ferramenta para a tirania de certos interesses travestidos como a forma do jurídico.

O convencimento das pessoas é muito difícil porque nós vivemos num senso-comum que é uma colcha de retalhos contraditórios. Tenho certeza de que João, morador da comunidade periférica do Coque, do Recife, sente necessidades não satisfeitas pela lei. O MST sente necessidade de alimentação, habitação, educação e trabalho. João também as sente. Essas coincidências, no entanto, não são suficientes para que o morador concorde com o MST. Ele sente fome, mas quando ouve dizer que o MST desrespeitou a lei, o fato de isso acontecer com o intuito de erradicar a fome é desimportante. João — sistematicamente desrespeitado pela lei — construiu-se num mundo em que a lei deve ser respeitada.

Dizer que ele acha que o MST é criminoso porque a mídia repete isso cotidianamente é reduzir demais a complexidade da questão, como afirma Mauro Iasi.<sup>1</sup> O que a mídia diz sobre o MST só repercute de modo eficaz porque se correlaciona com as estruturas objetivas e subjetivas nas quais e as quais João constrói. Ora, ele aprendeu que alcançaria educação, habitação, alimentação etc. a partir do esforço pessoal, do mérito. Se o MST acessa tudo isso a despeito do mérito considerado pelo morador, algo estranho a ele se dá. O MST então faz-se equiparável ao criminoso.

Como explicar para as pessoas que a lei deve ser “desrespeitada”? Talvez devamos insistir na tese de que a lei desrespeita, de que ela não é algo neutro de valor e interesses, de que o fato de ela ter sido elaborada por legisladores por si só não garante representatividade. O MST faz bem isso. Ele compõe, por exemplo, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, defendendo suas barreiras, sem ficar restrito às necessidades da terra, do campo e opondo-se

<sup>1</sup> Mauro Luis Iasi: É professor titular de Ciência política e teoria do Estado da Faculdade de Direito de São Bernardo (SP), professor de Sociologia da Universidade Metodista de São Paulo, mestre e doutor em Sociologia pela USP e autor de diversos livros, entre eles, *Processo de consciência* (São Paulo: CPV, 2000), *O dilema de Hamlet, o ser e o não ser da consciência* (São Paulo: Viramundo, 2002). (Nota da IHU On-Line)

a diversas formas de opressão.

**IHU On-Line - Como entender as imagens arraigadas aos movimentos sociais: legitimidade política e “caso de polícia”? O processo articulado entre Judiciário e Política prejudica as organizações sociais?**

**Roberto Efreim Filho -** A judicialização da política é algo bastante interessante. Manifesta-se de diversos modos, desde a crescente importância do STF no cenário nacional, julgando temas cujas decisões deveriam *a priori* competir à sociedade, através de seus instrumentos de representação, até a forma como a Polícia Militar e a mídia tratam o MST. Ela é um caminho de despoliticização das relações sociais. O movimento deixa de ser encarado como uma organização política, com fins políticos e práticas políticas (a reforma agrária, a garantia aos direitos humanos etc.) e passa a ser “caso de polícia”, passível de julgamento pelo Judiciário. Opera-se uma deslegitimação. Exclui-se o movimento da arena pública, remete-se o movimento à cadeia.

A judicialização da política é revés da politização do judiciário. Tem sido corrente nas altas cortes a tese de que o Judiciário deve sim julgar fenômenos políticos. Um argumento comumente utilizado para justificar isso é o de que, apesar de o Judiciário não possuir a representatividade que em tese o parlamento teria, ele é capaz de julgar racionalmente. É o que diz, por exemplo, Celso Antônio Bandeira de Mello,<sup>2</sup> jurista inclusive progressista, mas “jurista”, membro consagrado do campo jurídico. Essa “racionalidade” é, no fundo, um substituto da “neutralidade”. Ambas querem alcançar “a” verdade. De fato, o MST está longe de possuir “a” verda-

<sup>2</sup> Celso Antônio Bandeira de Mello: professor universitário brasileiro. Também é professor Emérito de Direito Administrativo da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1974, onde foi também vice-reitor para assuntos acadêmicos (1973-1976), lecionando cursos de graduação e pós-graduação. É um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e do Instituto de Direito Administrativo Paulista — IDAP. É membro do Instituto Internacional de Derecho Administrativo Latinoamericano, ex-conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo e membro remido da Associação dos Advogados de São Paulo. É, também, diretor da *Revista Trimestral de Direito Público*. (Nota da IHU On-Line)

de considerada pelos tribunais. O movimento é parte da contra-hegemonia. Daí ser tão prejudicial para as organizações sociais a transferência da política para o direito: “a” verdade jurídica é um monopólio.

**IHU On-Line - Como os acontecimentos envolvendo o governo gaúcho e os movimentos sociais revelam a marginalização na política? Para o senhor, o governo tenta pôr o crime no cerne das ações praticadas pelos movimentos sociais?**

**Roberto Efreim Filho** - O governo gaúcho vive uma tensão nesse sentido. Ele é atualmente acusado de corrupção. A corrupção é historicamente o caminho utilizado pela hegemonia para cercear o debate político. Este processo é irmanado com o da criminalização dos movimentos sociais. Ambos transferem da política para a polícia a competência para decidir. A questão é que essa transferência é artifício comum da hegemonia. No caso do governo gaúcho, um setor representante da classe dominante está sendo colocado em xeque com suas próprias armas. O que não pode ser ignorado é a quem pertencem as armas, que são hegemônicas. Legitimar esse processo pode ser um caminho de legitimar também a criminalização. Criminalização esta que é prática corrente do não só do governo gaúcho, mas dos interesses que ele franquia como um todo.

**IHU On-Line - O que o incentivo do Estado à repressão desses movimentos significa? Atitudes como essa ameaçam a “democracia”?**

**Roberto Efreim Filho** - Atitudes como essa reforçam a inexistência da democracia. Existe um sério problema nessa nossa insistência de que vivemos numa democracia. Não vivemos. Nem mesmo intelectuais liberais, como Bobbio<sup>3</sup> e

3 Norberto Bobbio (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista Giustizia e Libertà (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios

Habermas,<sup>4</sup> aceitariam que isto no Brasil é uma democracia. Não é. O voto não faz a democracia, o procedimento formal também não basta para a democracia. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul com o Ministério Público é o extremo. As provas da inexistência da democracia são cotidianas. Paulo Freire<sup>5</sup> possui uma concepção dialógica do que é a democracia que muito me interessa. Ele diz que ela é a relação em que os sujeitos estão em pé de igualdade para convencerem e serem convencidos. Um mundo que é sustentado por relações de mando e desmando entre patrões e trabalhadores, entre o capital e o trabalho, não é um mundo democrático.

Agora, sem dúvida, é tático acusar as ações estatais repressivas de antidemocráticas. Eu acuso, mesmo acredi-

mais conhecidos Direita e Esquerda, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (França). Na 89ª edição da revista IHU On-Line, de 12-01-2004, na editoria Memória, além de um artigo de Ricupero, um de Janine Ribeiro, foi publicada a biografia de Norberto Bobbio, em virtude de seu falecimento aos 94 anos, no dia 9-01-2004. (Nota da IHU On-Line)

4 Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito que encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve contruir-se pela troca de idéias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos estabelecendo o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Confira no site do IHU, (www.unisinos.br/ihu), editoria Notícias do Dia, o debate entre Habermas e Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. Habermas, filósofo ateu, invoca uma nova aliança entre fé e razão, mas de maneira diversa como Bento XVI propôs na conferência que realizou em 12-09-2006, na Universidade de Regensburg. (Nota da IHU On-Line)

5 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o Prof. Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogia da esperança*. (Nota da IHU On-Line)

tando que não vivenciamos um regime democrático. Primeiro porque elas são realmente antidemocráticas, se considerarmos como paradigma uma concepção dialógica de democracia. Segundo porque elas entram em contradição com o próprio discurso hegemônico da defesa da ordem constitucional. Para a contra-hegemonia, nessas situações limites, no mundo em que vivemos, agarrar-se à Constituição como instrumento de defesa de direitos é fundamental. Mas também é fundamental termos em mente que essa mesma Constituição juridicamente garante o estabelecido.

**IHU On-Line - Por que as ações realizadas pelos diversos movimentos sociais são apresentadas como crime e irresponsabilidade pelos segmentos conservadores da sociedade? Qual é o papel do grande capital e dos governos nesse sentido?**

**Roberto Efreim Filho** - Os governos, assim como a legislação, mantêm relações de reciprocidade dialética com o capital. Isso se dá mesmo nos governos tidos como progressistas. O governo Lula não criminaliza o MST como fazia o governo FHC. O tratamento que o governo atual desferiu ao movimento é outro. Mas ele mantém relações com o capital de um modo muito próximo ao qual FHC mantinha. É por isso que, apesar do tratamento diferenciado, Lula não realizou a reforma agrária nem combateu o latifúndio o quanto era necessário. De certo modo, não realizar radicalmente a reforma agrária é compactuar estruturalmente com a criminalização. Digo “estruturalmente” para que não pareça que estou caindo no voluntarismo. Não acredito que o governo Lula deseje a criminalização. Não é isso. Asseguro que a política econômica do governo, quer queira quer não, corrobora estruturalmente com os agentes históricos e com as estruturas que sustentam a criminalização.

**IHU On-Line - Por que a defesa do patrimônio privado se sobressai aos interesses públicos?**

**Roberto Efreim Filho** - O que é o interesse público? Como é possível afirmar que certo interesse é privado ou público? O interesse público é o interesse de todos? O interesse privado é

o interesse de alguns?

No Direito, existe uma separação entre o privado e o público que julgo bastante caricatural. O Direito de Família e o Direito Comercial são privados, enquanto o Direito Administrativo e Direito Constitucional são públicos. E o Direito Penal? Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ele é “público especializado”. As feministas possuem uma contribuição grande a dar nessa discussão. Elas dizem que o privado tem um sentido público. As relações de família, por exemplo, que o direito designa como privadas, são construídas em concepções públicas de gênero, sexualidade, classe etc. A família produz e reproduz na vivência diária essas concepções partilhadas socialmente.

Pois bem, Marx,<sup>6</sup> em *A questão judaica*, já afirmava que o universal nada mais é do que um particular generalizado com forma de universalidade. Quero dizer com isso que o “público” e o “privado” não possuem fronteiras tão delimitadas: pelo contrário, confundem-se a depender dos interesses em jogo. A Constituição da República diz que a propriedade é um direito fundamental e que, portanto, sua defesa é de interesse público. Ou seja, seria de interesse público que a propriedade deve ser protegida. E como ficamos? Por certo, essa normatividade diz respeito à conservação da concentração da propriedade. Mas – por conta da colcha de retalhos contraditórios citada anteriormente – a grande maioria das pessoas, mesmo não detendo, ou quase não detendo, propriedade, faz sua defesa. Bourdieu<sup>7</sup> chamaria isso

6 Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU. A palestra “A Utopia de um novo paradigma” para a economia foi proferida pela Profa. Dra. Leda Maria Paulani, em 23-06-2005. Os *Cadernos IHU Idéias*, edição número 41, teve como tema A (anti) filosofia de Karl Marx, com artigo de autoria da mesma professora. (Nota da IHU On-Line)

7 Pierre Bourdieu (1930 - 2002): sociólogo francês. De origem campesina, filósofo de formação, chegou a docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação, e é, sem dúvida, um dos autores mais

de violência simbólica. É o cerne das relações de opressão. Nas palavras de Paulo Freire, é a hospedagem do opressor no próprio oprimido.

O privado e o público são usados pela hegemonia ao seu tempo, de acordo com a conjuntura, como artifícios. Claro, a contra-hegemonia também precisa saber manusear esses conceitos e apontar – como acontece com a democracia – as contradições do discurso hegemônico. A argumentação de que a reforma agrária possui uma importância pública e de que a manutenção do latifúndio respalda interesses privados pode ser, em certos casos, eficiente. Mas estou certo que, de pronto, latifundiários alegariam que o agronegócio gera renda, que aquece a indústria e o comércio etc. Vejamos toda a atual problemática acerca da alta dos preços dos alimentos. Está aí um bom exemplo.

**IHU On-Line - O que falta para que os movimentos sociais sejam percebidos com mais seriedade no Brasil? Por que a população de modo geral está desmotivada a se engajar com esses grupos, uma vez que as realidades de desemprego, violência urbana, drogas aumentam com frequência? Como compreender a falta de interesse pelos direitos humanos?**

**Roberto Efreim Filho** - Comete um erro quem prevê uma equação matemática entre sofrimento e libertação. A condição de agudo sofrimento não engendra a ação libertadora. Mesmo quem sofre se compromete com a relação que gera o sofrimento. É justamente esse comprometimento que permite a manutenção das relações. Desse modo, por mais que haja violência, desemprego, fome e miséria, não há aí o suficiente para que os sujeitos

lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social da sociedade cabila, e em particular, como o sistema colonial interferiu na sociedade cabila, em suas estruturas e desculturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISIA (Comitê Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos), sempre se posicionando clara e lucidamente contra o liberalismo e a globalização. (Nota da IHU On-Line)

**“De certo modo, não realizar radicalmente a reforma agrária é compactuar estruturalmente com a criminalização”**

se engajem numa ação transformadora. O pertencimento à classe trabalhadora não se faz apenas na condição de ser trabalhador, de ser explorado: demanda reconhecimento, é um processo, um movimento dialético, assim como o é a consciência de classe.

O desinteresse pelos direitos humanos relaciona-se com o estranhamento com o próprio humano. É de se notar que, apesar de toda a importância da luta dos movimentos de direitos humanos, dos quais sou partícipe, o “humano” desses direitos nem de longe é o humano João, morador do Coque. O “humano” desses direitos se aproxima muito mais de um Civita ou de um Marinho. Além do mais, o próprio Movimento de Direitos Humanos sofre criminalização. “Direitos humanos: coisa de bandido”. São contradições com as quais lidamos diariamente para as quais não são criáveis fórmulas resolutivas.

De qualquer modo, a luta dos sujeitos históricos organizados para a transformação necessita ser reafirmada sempre. Como disse acima, citando Mauro Iasi, não é a mera repetição que convencerá ninguém de nada. Mas a possibilidade de promoção do diálogo é sim fundamental.

#### LEIA MAIS...

>> Confira no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)) um artigo de Roberto Efreim Filho.

\* *A criminalização dos movimentos sociais e a deslegitimação dos sujeitos coletivos*, de 02-07-2008.

## A afirmação positiva da diferença

Para José Carlos Moreira da Silva Filho, os movimentos sociais são vistos como perigosos, por desafiarem as verdades estabelecidas e denunciarem as insuficiências da sociedade

POR PATRICIA FACHIN

“É muito mais fácil criminalizar os negros do que reconhecer que a nossa sociedade cresceu às custas do sangue dos seus antepassados; criminalizar os indígenas e dizer que eles são uma ameaça à soberania nacional do que reconhecer que o Brasil de hoje está erguido sobre os corpos de etnias que simplesmente desapareceram da face da terra; criminalizar os ‘esquerdistas’ e comunistas do que reconhecer que precisamos pensar em um modelo social que consiga incluir sem excluir, que leve em conta projetos e sujeitos coletivos.” A afirmação é de José Carlos Moreira da Silva Filho, professor do PPG em Direito da Unisinos. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o pesquisador comenta a relação estabelecida entre o Poder Público e os movimentos sociais, e destaca o surgimento de ativistas que apresentam como novidade uma “afirmação positiva da diferença”, legitimando a alteridade das minorias.

Na área do Direito, José Carlos Moreira da Silva Filho é graduado pela Universidade de Brasília (UnB), mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a dissertação *O pluralismo jurídico, os novos movimentos sociais e a exterioridade em Dussel*, e doutor pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, também é conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.



Divulgação

**IHU On-Line - O senhor afirma, no artigo “Criminologia e alteridade: o problema da criminalização dos movimentos sociais no Brasil”,<sup>1</sup> que a criminalização dos movimentos sociais é um reflexo da dificuldade em se aceitar os limites existenciais, revelando a arrogância do logos ocidental e a negação da alteridade. Quais são as raízes desse sentimento de negação dos movimentos sociais? Por que a maioria da população brasileira e os setores conservadores da sociedade negam a alteridade das minorias?**

**José Carlos Moreira da Silva Filho -** Há uma relação direta entre o projeto de predomínio da razão ocidental

(seus modelos sociais e pretensões de totalidade e univocidade, seja da soberania nacional, da razão científica, ou seja do modelo econômico capitalista e desenvolvimentista) e a dificuldade que temos em lidar com o diverso e o diferente, inclusive com relação ao que há de estranho em nós mesmos. É difícil admitir nossa finitude e, conseqüentemente, admitir que não temos condições de descrever e compreender tudo. Que assim como a morte limita nossos projetos e possibilidades e o nascimento nos impõe um direcionamento prévio que não é da nossa escolha, as diferentes pessoas e grupos sociais não podem caber em nossos conceitos, classificações e estereótipos (nem nós mesmos cabemos). Sempre permanece algo indecifrável e que não pode ser aprisionado na pa-

lavra. O problema é que admitir isto pode trazer uma grande sensação de insegurança e uma humildade social e cognitiva que não cabe em nossos milenares sonhos de domínio e grandeza. Contudo, se refletirmos bem, notaremos que a democracia visada em nossa Constituição, com a expressão “Estado Democrático de Direito”, reside em uma inerente incerteza, em um desafio diuturnamente renovado e sem garantias de construir o espaço comum a partir das diferenças e da pluralidade que compõem a nossa sociedade. Permanecemos, porém, apegados à idéia de que temos um projeto único, a partir do qual fica fácil e simples dizer quem é bom ou quem é mau, quem é normal ou quem é marginal.

Assim, tudo o que destoa muito do padrão socialmente imposto e regur-

<sup>1</sup> O artigo foi apresentado no evento *Jornadas de Estudos Criminológicos* ocorrido na PUCRS, em 2007. (Nota da IHU On-Line).

**“Tornou-se normal pensar que milhares de pessoas não tenham o que comer, o que vestir ou onde morar. Por quê? Porque não nos sentimos responsáveis ou não queremos nos auto-incriminar”**

gitado pelo senso comum midiático se apresenta como algo perigoso, pois desafia as verdades estabelecidas e denuncia as suas insuficiências. Quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece brandindo suas foices e facas e ocupando latifúndios e prédios públicos, imediatamente a “opinião pública” reage dizendo que isto é uma “violência”. Mas essa mesma “opinião pública” não percebe ou não quer perceber que por trás disto que chama de violência há uma brutalidade muito maior: a de deixar milhares de pessoas sem terra para plantar, sem alimento, engrossando os penhascos e periferias das grandes cidades. Tornou-se normal pensar que milhares de pessoas não tenham o que comer, o que vestir ou onde morar. Por quê? Porque não nos sentimos responsáveis ou não queremos nos auto-incriminar. Porque é muito mais fácil criminalizar o outro que denuncia a injustiça e a perversidade do nosso modelo social. É muito mais fácil criminalizar os negros do que reconhecer que a nossa sociedade cresceu às custas do sangue dos seus antepassados; criminalizar os indígenas e dizer que eles são uma ameaça à soberania nacional do que reconhecer que o Brasil de hoje está erguido sobre os corpos de etnias que simplesmente desapareceram da face da terra; criminalizar os “esquerdistas” e comunistas do que reconhecer que precisamos pensar em um modelo

social que consiga incluir sem excluir, que leve em conta projetos e sujeitos coletivos. O conceito de crime serve como um estigma que isola e demoniza o que no fundo diz respeito a nós mesmos. É como se pudéssemos nos sentir purificados com o extermínio daquilo que seria um lado ruim nosso e que projetamos sobre determinados grupos e pessoas.

**IHU On-Line - Em que sentido os discursos estabelecidos no país ao longo dos anos contribuíram para a construção de uma imagem pejorativa e negativa dos movimentos sociais?**

**José Carlos Moreira da Silva Filho** - O que podemos chamar de espaço público no Brasil vem de uma tradição privada e patrimonialista que nos remete às Casas-Grandes e às oligarquias rurais, às relações de apadrinhamento e aos nepotismos, à idéia de que os setores populares não devem se organizar, mas sim obedecerem às ordens do patrão ou do doutor.

As grandes transformações estruturais da sociedade brasileira geralmente ocorreram pelo alto. Foi assim com a independência, com a república, com a industrialização. É claro que sempre houve pressões e reações populares, mas acabaram sendo estigmatizadas como baderna, sublevação ou coisa parecida.

Há uma imagem de inferioridade e incapacidade que acaba por ser introjetada pelos próprios grupos populares e que se reflete em uma desvalorização das lutas e organizações comunitárias. Aliando-se tal discurso ao grande desconhecimento e desinteresse que há sobre a realidade dos movimentos e dos setores sociais que eles representam, chegamos ao resultado da consolidação de um discurso pejorativo e negativo. Para citar um exemplo, podemos perceber que a imagem do MST, hoje, perante a sociedade, especialmente se nos fixarmos na imagem passada pelos programas de TV e grandes jornais, não é muito diferente do conceito que tinham as Ligas Camponesas<sup>2</sup> no final da década

<sup>2</sup> **Ligas Camponesas**: entidade que organizava os camponeses em torno da luta pela reforma agrária, no sertão pernambucano. Uma das grandes lideranças da liga foi Francisco Julião

de 1950 e início dos anos 1960. Essas ligas lideradas por Francisco Julião,<sup>3</sup> no sertão pernambucano, eram tidas por boa parte da classe média como ferozes grupos de lavradores rebeldes que ateavam fogo nos canaviais e destruíam tudo o que encontravam. Dificilmente elas eram vistas como o sinal de uma necessária alternativa à situação de opressão e penúria na qual viviam milhares de lavradores premiados entre o subemprego no campo e a miséria das favelas nas grandes cidades. O que aconteceu com esses grupos nós já sabemos: o golpe militar os destruiu, forçando Julião a se exilar no México. Contudo, a memória dessas lutas é recuperada pelos movimentos de hoje. A dificuldade de superar o estigma, porém, continua a mesma. É muito raro, por exemplo, encontrar na TV uma leitura do MST que mostre ao telespectador as inúmeras experiências bem-sucedidas de assentamentos cooperativos que tentam construir e manter um modelo de propriedade coletiva, orgânica e comunitária. Não quero dizer que o modelo proposto pelo MST é o único possível ou a melhor alternativa, entretanto temos de reconhecer que o movimento chama a atenção para diversos problemas da sociedade brasileira: a iniquidade que campeia no meio rural brasileiro, a insuficiência de políticas públicas no campo, a não realização da reforma agrária no nosso país, ou seja, trata de questões que não são só do campo,

Arruda de Paula. Foi o movimento mais importante pela reforma agrária no Brasil até o golpe de 64. Sua origem remonta às antigas Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Com a volta do PCB à legalidade em 1945, as Ligas Camponesas foram extintas, sobrevivendo algumas, mas sem grande influência no campo. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> **Francisco Julião** (1915-1999): advogado brasileiro que defendeu, a partir da década de 50, as causas dos camponeses organizados, pressionados através de subterfúgios da lei pelos senhores de terra que tentavam desarticular a organização de ligas camponesas e expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galiléia. Para ampliar seu campo de luta, ingressou na tribuna política e elegeu-se Deputado Estadual em Pernambuco. Foi um dos maiores ativistas pela reforma agrária no Brasil. Exilou-se no México quando teve seus direitos cassados, em 1964. Foi anistiado em 1979 e faleceu em Tepoztlán, no México. Sobre sua trajetória, confira o livro escrito pelo jornalista Vandek Santiago, *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador* (Recife: Assembléia Legislativa, 2001). (Nota da IHU On-Line)

**“O conceito de crime serve como um estigma que isola e demoniza o que no fundo diz respeito a nós mesmos. É como se pudéssemos nos sentir purificados com o extermínio daquilo que seria um lado ruim nosso e que projetamos sobre determinados grupos e pessoas”**

mas também das grandes cidades e do seu caos urbano.

**IHU On-Line - Como o senhor tem percebido a criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul, especialmente no caso que envolveu o Ministério Público e o MST?**

**José Carlos Moreira da Silva Filho** - Confesso que fiquei escandalizado com as recentes manifestações do Ministério Público gaúcho contra o MST. Elas ficaram claras a partir da ação civil pública apresentada pelos promotores Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior visando à desocupação de dois acampamentos do MST próximos à fazenda Coqueiros, na região norte do Estado.<sup>4</sup> Ação, aliás, que teve a liminar concedida no mesmo dia pela Vara Cível de Carazinho. Tanto nesta ação quanto no relatório produzido pelo “serviço de inteligência” do MP (e como já havia notado Marco Aurélio Weissheimer<sup>5</sup> em importante artigo), é palpável a mórbida e preocupante semelhança com os Relatórios e Inquéritos Policiais Militares, verdadeiras excrescências jurídicas de triste memória, que eram moeda corrente na ditadura militar brasileira. Posso afirmar isto com todo o conhecimento de causa, pois como membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça me deparo, semanalmente, com essas pé-

<sup>4</sup> Sobre o caso, acompanhe as **Notícias do Dia** publicadas no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Confira nas **Notícias do Dia** do site do Instituto Humanitas Unisinos ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), 18-06-2008), o artigo “Ação do MP gaúcho contra MST repete discurso anti-comunista pré-1964”, de autoria de Marco Aurélio Weissheimer. (Nota da **IHU On-Line**)

rolas. A paranóia anticomunista é explícita tanto na ação quanto no relatório do Conselho Superior do MP e nas entrevistas que Gilberto Thums, relator da “investigação”, vem concedendo. O MST e seus “perigosos” integrantes compostos por mulheres, crianças, idosos e lavradores “fortemente” armados com foices e outros instrumentos de trabalho do campo são apresentados como “anti-capitalistas esquerdistas” (como se isto fosse algum crime) que representam uma ameaça à sociedade e à soberania nacional.

Recomendam-se no relatório alguns absurdos inconstitucionais, como a proibição das marchas do MST (que contraria o elementar direito de ir e vir), a proibição dos assentamentos próximos às fazendas consideradas passíveis de desapropriação (que ocorrem com a autorização dos proprietários), a retirada das crianças dos assentamentos, das marchas e das escolas (ou seja, a retirada dos filhos do convívio dos seus pais e parentes), e, por fim, a dissolução do MST (que atenta claramente contra o direito e a liberdade de organização). É bem verdade que esta última e apocalíptica recomendação foi retificada posteriormente pelo MP, pois certamente até eles acharam isto exagerado. Mas o fato de que tal recomendação constou explicitamente de uma ata anterior aprovada pelo Conselho Superior do MP é sintomático. É sintomático também o fato de que a “investigação” levada a cabo pelo MP se apoiou em uma investigação secreta conduzida pela Brigada Militar, e na qual se realizou um verdadeiro mapeamento do MST no estado, com nomes de integrantes, locali-

zações e outros detalhes que revelam um monitoramento ostensivo bem aos moldes dos que foram realizados pela Ditadura Militar.

### **Inversão de funções**

Ora, cabe à Brigada Militar realizar este tipo de “inteligência”, divulgando em programas de TV que os movimentos sociais são um caso de polícia? Creio que não pode haver maior evidência quanto à criminalização dos movimentos sociais e à mal resolvida transição democrática brasileira que ainda mantém como ocupantes de cargos públicos pessoas que mandaram ou realizaram prisões arbitrárias, torturas e ostensivo monitoramento ideológico durante o regime de exceção ocorrido no país. Importante saber também que, contrariando as conclusões da Brigada Militar e do MP, a Polícia Federal concluiu, em inquérito penal promovido durante todo o ano de 2007, que não há o menor indício ou evidência de vínculos do MST com as Farc ou qualquer outro tipo de contato com organização estrangeira que vise agredir a soberania nacional.

### **Investigações favorecem setores privados**

Fico me perguntando se a referência ao “Estado Democrático de Direito” vai acabar virando uma espécie de nova Doutrina de Segurança Nacional no país, pois esta é a justificativa agora apresentada: “é preciso defender o Estado Democrático de Direito”, afirma Gilberto Thums. Ora, pensei que o MP tinha em vista o interesse do povo, especialmente dos setores mais desvalidos e injustiçados. Para que serve a previsão constitucional da função social da propriedade? No entanto, o relatório do MP não apresenta uma avaliação sequer quanto aos problemas que vêm sendo enfrentados pelo campo gaúcho e pela massa de trabalhadores do campo explorados e sem direito à terra para plantar, cedendo cada vez mais espaço à monocultura destrutiva do agronegócio, tanto no sentido ambiental quanto no humano. No relatório, não há um autor ou uma fonte sequer favorável ao MST. As provas “científicas” mais palpáveis são fruto de reportagens de senso comum

“Ora, cabe à Brigada Militar realizar este tipo de “inteligência”, divulgando em programas de TV que os movimentos sociais são um caso de polícia? Creio que não pode haver maior evidência quanto à criminalização dos movimentos sociais e à mal resolvida transição democrática brasileira que ainda mantém como ocupantes de cargos públicos pessoas que mandaram ou realizaram prisões arbitrárias, torturas e ostensivo monitoramento ideológico durante o regime de exceção ocorrido no país”

da *Zero Hora*, do relatório secreto da Brigada Militar e dos depoimentos de grandes proprietários. A única fonte acadêmica referida é o sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Zander Navarro,<sup>6</sup> que, aliás, apesar de tecer severas críticas à organização interna do movimento, em recente nota pública repudiou veementemente as ações e declarações do MP gaúcho. Ocorre de fato uma verdadeira inversão de valores: os movimentos que denunciam a injustiça social são os culpados pela instituição de um regime que traz mais injustiça social.

**IHU On-Line - O senhor afirma que nos processos de conflitos podem ser definidos parâmetros mínimos de legitimação. Os conflitos entre MP e MST ajudaram a definir esses novos parâmetros, por exemplo? De alguma maneira iniciativas como a proposta pelo MP reiteram a legitimidade dos movimentos, uma vez que abre-se espaço para discussão? Ou pelo contrário, essa iniciativa apenas reforça a criminalização, uma vez que é**

6 Zander Navarro: sociólogo brasileiro, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Confira nas *Notícias do Dia* de 22-02-2007, no site do Instituto Humanitas Unisinos ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)) a entrevista “Tempo da reforma agrária acabou”, por ele concedida. (Nota da IHU On-Line)

**realizada por um órgão visto como “competente” pela opinião pública?** José Carlos Moreira da Silva Filho - O conflito que ora se instala entre o MP e o MST ainda é muito recente para que se possa avaliar o que dele resultará. Este conflito pontual é sinal de um conflito de interesses muito maior entre os que apóiam um modelo de sociedade que não investe na agricultura familiar e na reforma agrária, que favorece o enriquecimento de certos setores a despeito de outros, e os que procuram propor alternativas mais inclusivas a este modelo, ainda que não sejam as melhores ou as mais exitosas. O espaço para discussão acaba acontecendo mesmo quando o intuito é sufocar este espaço, e creio que isto demonstra um avanço democrático da sociedade brasileira. Não acredito, contudo, que a intenção dos promotores que participaram desta ação orquestrada foi a de promover qualquer discussão a respeito do assunto. Muito pelo contrário, vieram cheios de certezas e apoiaram violenta ação policial militar que teve lugar nas cidades de São Gabriel e Viamão durante os meses de maio e junho. E, é claro, não hesitaram em criminalizar o MST, portanto favorecendo notadamente tal tendência.

**IHU On-Line - O senhor diz que, ao**

mesmo tempo em que ocorre a luta por direitos e cidadania, a intolerância e a violência surgem como possibilidades. Esse fato gera a descrença dos movimentos sociais perante a sociedade?

José Carlos Moreira da Silva Filho - Foi-se o tempo em que uma sociedade melhor estava a um dia ou a uma revolução de distância. O desafio há de ser incessantemente posto. É uma tensão e um esforço diários. Um movimento surge num dia e morre no outro, mas ajuda a construir um caldo de cultura política que poderá fazer a diferença em vários momentos específicos. Jogam contra essa possibilidade, por outro lado, a desinformação, o comodismo, a manutenção disfarçada ou escancarada de privilégios, a tradição escravocrata, corrupta e patrimonialista, entre outros fatores. A violência faz parte da sociedade e de cada indivíduo, ela deve ser encarada de frente e canalizada para projetos comuns, que preservem os diferentes ângulos dos que estão sentados à mesma mesa (para usar a metáfora de Hannah Arendt).<sup>7</sup> É um desafio projetado sobre a incerteza que caracteriza a própria condição humana.

7 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera económica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém — Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas, 2004), *O sistema totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978) e *Sobre a Revolução* (Lisboa: Relógio D'Água). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12 de dezembro de 2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, ambas disponíveis para download no sítio do IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). Nas *Notícias do Dia* de 01-12-2006, pode-se conferir “Um pensamento e uma presença provocativos”, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny. (Nota da IHU On-Line)



## Militarização do Estado criminaliza movimentos sociais

Para Raúl Zibechi, todos os movimentos sociais que lutam contra a expansão das monoculturas representam, na América Latina, um estorvo ao capital. Conseqüentemente, afirma, são submetidos à repressão

POR PATRICIA FACHIN

A segunda etapa do modelo neoliberal, mais perigosa do que a primeira, está focada na especulação do petróleo e dos alimentos, colocando em risco a própria vida humana. A percepção é de Raúl Zibechi, jornalista uruguaio e editor do semanário Brecha. Ao avaliar a criminalização dos movimentos sociais na América Latina, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele afirma que, em países como México, Colômbia e Peru, a militarização da vida social acontece com mais intensidade e se resume à denúncia de toda ação social. Segundo ele, esse processo impede qualquer negociação e coloca as propostas dos movimentos sociais num patamar de igualdade aos problemas de segurança.

Raúl Zibechi também atua como assessor de grupos sociais. De suas obras, destacamos *La mirada horizontal – Movimientos sociales y emancipación* (Montevideo: Edições Nordam, 1999), *Genealogia de la revuelta. Argentina: una sociedad en movimiento* (Montevideo: Edições Nordam, 2003) e *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antiestatales* (Buenos Aires: Edições Tinta Limón, 2007).

**IHU On-Line - Em que medida a militarização do Estado, a qual o senhor se refere, coloca em xeque a atuação dos movimentos sociais e dos grupos que lutam, na América Latina, pelos direitos das minorias?**

**Raúl Zibechi** - A militarização do Estado e da sociedade causa grandes problemas aos movimentos sociais que necessitam de liberdade de expressão e de manifestação para poder viver. A polarização política, que com frequência precede a militarização, coloca os movimentos diante de alternativas que não são próprias a eles, e os obriga a escolher aliados de modo forçado.

**IHU On-Line - A que o senhor atribui a inversão da atividade exercida pelo poder público, que deveria defender a população civil, mas, ao contrário, a reprime em favor de propriedades privadas?**

**Raúl Zibechi** - Isso acontece porque vivemos uma segunda etapa do mode-

lo neoliberal dedicado à apropriação dos recursos naturais e bens comuns da humanidade: a água, a diversidade biológica, a natureza. Para isso, o poder público necessita militarizar regiões inteiras, porque entende que a população é um inimigo disposto a impedir o saqueio de seus bens. Antes, o modelo neoliberal estava focado nas privatizações, mas agora a especulação já chegou ao petróleo e aos alimentos, o que mostra que a própria vida está em jogo.

**IHU On-Line - O senhor percebe, na América Latina, uma tendência à repressão dos movimentos sociais? Analisando o contexto dos países, em qual deles a coerção contra os movimentos sociais é mais evidente?**

**Raúl Zibechi** - Creio que isso ocorra no México, na Colômbia e no Peru, onde governam fortes aliados dos Estados Unidos, e onde se registra uma forte militarização da vida social. Mas,

no Chile, há uma forte repressão aos mapuches<sup>1</sup> e aos estudantes. Na Argentina, existem cerca de três mil desempregados processados pela justiça “por cortar rutas”;<sup>2</sup> o mesmo acontece com os sem-terra do Paraguai. A militarização do protesto social se resume, com frequência, à judicialização, que tem efeitos semelhantes, já que toda a ação social é denunciada diante dos tribunais. O objetivo é impedir

<sup>1</sup> **Mapuche:** povo indígena que vive entre a região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina. Seus integrantes também são chamados de araucanos. Durante a Guerra de Arauco, alguns grupos conseguiram resistir à invasão da Coroa Espanhola, que reconheceu seus territórios até que os estados do Chile e Argentina estabeleceram ali uma série de “reduções” e “reservas”, onde muitos Mapuche foram confinados. Atualmente, os mapuche vivem em áreas urbanas, mas mantêm vínculos com suas comunidades de origem e subsistem suas reivindicações por território e reconhecimento de suas especificidades culturais. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> A expressão “cortar rutas”, utilizado pelo entrevistado, significa ações de mobilização e protestos realizados em estradas e rodovias, com o objetivo de chamar a atenção para uma causa. (Nota da IHU On-Line)

qualquer negociação e considerar as propostas como ações não políticas, mas como problemas de “segurança”.

**IHU On-Line - Pensando a partir dos movimentos sociais, quem são os novos atores da América Latina?**

Raúl Zibechi - Hoje em dia, os movimentos mais importantes são os zapatistas,<sup>3</sup> do México e os sem-terra, do Brasil. Mas movimentos que lutam contra a mineração a céu aberto, no Peru e na Argentina, estão recebendo forte impulso. Esses lutam contra as multinacionais que contaminam a cordilheira dos Andes. Os movimentos urbanos, na Venezuela, e os indígenas em todo o continente são atores de primeira ordem.

**IHU On-Line - Muitos presidentes latino-americanos elegeram-se com forte apoio do movimento social. Entretanto, em alguns casos, como os de Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, se percebe uma frustração dos movimentos com esses governos, uma vez que não romperam com o ideário neoliberal. Qual é a sua avaliação sobre esse fato?**

Raúl Zibechi - Há frustração porque além de não se sair do modelo neoliberal, como era esperado, este se aprofundou. As monoculturas de cana-de-açúcar e soja são um bom exemplo. O papel que o capital financeiro desempenha é outro. Se não bastasse isso, os governos de esquerda e progressista conduziram seus discursos de tal modo que agora não conseguem sair de uma situação defensiva e de grande fragmentação. Todavia, teremos de esperar alguns anos para os movimentos recuperarem sua força.

**IHU On-Line - Fala-se em “múltiplas esquerdas” na América Latina: em “esquerda inteligente e burra”, “esquerda confiável e não confiável”,**

<sup>3</sup> Zapatistas: movimento social mexicano, iniciou suas atividades em 1994, quando o território de Chiapas, habitado por camponeses e indígenas, passou a ser debatido no mercado internacional. Nesse período, o grupo ficou conhecido por desenvolver manifestações contra o Nafta. Defendem uma gestão democrática do território, a partilha da terra e da colheita. (Nota da IHU On-Line)

**“Militarização do protesto social se resume, com frequência, à judicialização, que tem efeitos semelhantes, já que toda a ação social é denunciada diante dos tribunais”**

**“esquerda pragmática”, “esquerda populista”. Como o senhor definiria o modelo de esquerda que se pratica na América Latina?**

Raúl Zibechi - Acredito que é uma esquerda muito pragmática, tanto que se tornou neoliberal e faz planos sociais como Bolsa Família para conter os pobres. Pode se dizer que a esquerda se fez neoliberal, porque sair desse modelo exige custos políticos muito altos, como a grande instabilidade que provocam as multinacionais e os Estados Unidos. Estas esquerdas pragmáticas não querem passar por crises políticas, porque isso as obrigaria a mobilizar os povos e, no fundo, elas têm medo de seus próprios povos.

**IHU On-Line - A que o senhor atribui a inversão da atividade exercida pelo poder público, que deveria defender a população civil, mas, ao contrário, a reprime em favor de propriedades privadas?**

Raúl Zibechi - Isso acontece pela etapa do modelo neoliberal que vivemos. Os governos se sentem na obrigação de proteger os bancos e a soja, por exemplo, mesmo sabendo que eles estão contra a sociedade. Para expandir os cultivos de soja e a criação de gado na Amazônia, a população e a nature-

za se tornaram um estorvo, incomodam o capital, já que impede seu rápido movimento especulativo. Então, ocorre a repressão, legal ou ilegal.

**IHU On-Line - O senhor acredita na construção de um estado plurinacional na América Latina? Como os diversos movimentos sociais podem atuar nesse sentido?**

Raúl Zibechi - A maioria dos movimentos indígenas quer um Estado plurinacional, menos os zapatistas e os mapuches. O problema é que as elites e as classes dominantes conservam tanto poder que põem a palavra “plurinacional” na Constituição, sem nenhum efeito significativo. Isso já aconteceu no Equador, e não ocorreram mudanças. Primeiro, é necessário modificar a cultura política hegemônica, e isso leva muito tempo. Logo, se pode legislar, mas a lei não resolve os problemas de dominação, opressão, dependência, humilhação. Acontece o mesmo com a questão das mulheres: os avanços legais são importantes, mas por si só não são suficientes. É necessário que os opressores mudem e que os oprimidos identifiquem a opressão em suas vidas cotidianas, não só no cenário político.

**IHU On-Line - Um dos temas que o senhor tem trabalhado é o da integração latino-americana. Está em curso um processo de integração do continente? Quais são as principais características dessa integração?**

Raúl Zibechi - Existem dois grandes projetos de integração. Um é a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), encabeçado pela Venezuela, e que tem poucos avanços. O outro é o Mercosul e agora a Unasur (União de Nações Sul-Americanas), onde o Brasil tem um papel muito importante. Caso se consiga a unidade política e a criação de um Conselho de Segurança, como propõe Lula, ocorrerá um grande avanço, porque a região terá se convertido em um contrapeso de Washington. O problema é o livre comércio. Uma integração comercial beneficia as grandes empresas da região, como Petrobras, Odebrecht, Camargo Correa, Itáú. E isso sempre vai contra a sociedade.

## Estado é incapaz de remediar a justiça social

De acordo com Jacques Alfonsin, a questão social no Rio Grande do Sul já se iguala à época do Estado Novo, e os movimentos sociais são tratados como caso de polícia

POR PATRICIA FACHIN

Os movimentos reivindicatórios “comprovam a incapacidade do Estado de remediar a injustiça social”, assegura Jacques Alfonsin, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Lembrando episódios marcantes como o massacre dos índios chefiados por Sepé Tiaraju, o ex-procurador do estado comenta que a criminalização é mais evidente entre os movimentos sociais ligados à terra e ao meio ambiente. Além de uma herança colonialista que “considera o povo pobre como inferior, passível de dominação servil” e objeto de exploração, ele garante que a deslegitimação dos movimentos acontece porque “a terra é um bem limitado, mas capaz de ficar sujeita a um direito dotado de expansão ilimitada que, justamente por tal característica, dá um extraordinário poder econômico e político ao seu titular, sem falar na valorização que esse bem adquire diariamente”.

Jacques Alfonsin é mestre em Direito, pela Unisinos, onde também foi professor. Procurador aposentado do estado, atualmente é membro da ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos.

**IHU On-Line - De onde emerge esse sentimento de preconceito e negação em relação aos movimentos sociais? Como compreender essa rejeição por alguns setores da sociedade?**

**Jacques Alfonsin** - O juízo preconceituoso que predomina em grande parte da sociedade contra esses movimentos tem origem no fato de que todos os instrumentos legais que o poder público usa, e muito mal, em favor da “segurança social” no país, objetiva apenas conter ou reprimir a violência social, não afetando em nada a injustiça social. Segmentos da nossa sociedade, que integram uma classe social de poder econômico capaz de garantir um nível satisfatório de qualidade de vida e uma parcela significativa do poder público, têm dificuldade ou nem querem compreender que a inconformidade dos pobres com essa injustiça leva-os a se organizarem nesses movimentos, para agirem em sua defesa. O curioso é que, assim agindo, eles

se apóiam em bases legais expressas, inclusive constitucionais. Denunciam aquele segmento do poder econômico e aquela parcela do poder público como incapazes de reconhecer a força normativa das necessidades humanas mais elementares, cuja satisfação é pressuposto de salvaguarda da dignidade humana e de respeito à cidadania. Os nossos índices de mortalidade infantil, fome e falta de teto sustentam como procedentes e graves tais denúncias. Como a abundância juridicamente garantida para alguns é causa direta das carências sofridas pela maioria do povo (a forma de distribuição da terra em nosso país é um exemplo), o temor dos primeiros de um contra-ataque da segunda cria um verdadeiro “metacódigo” preconceituoso, obedecido acima de todos os códigos, como afirma Friedrich Muller, capaz de colocá-la sob permanente suspeição, tanto do ponto de vista moral quanto jurídico.

**IHU On-Line - O senhor percebe, especificamente no Rio Grande do Sul, uma tendência maior de criminalizar os movimentos sociais? Como nossas raízes históricas ajudam a compreender a deslegitimação sofrida pelas minorias?**

**Jacques Alfonsin** - Percebo e penso que as ações de criminalização sofrem influência do nosso passado. O massacre dos índios chefiados por Sepé Tiaraju,<sup>1</sup> o episódio de Porongos, quase ao fim da Revolução Farroupilha, e os movimentos armados entre “maragatos e picapaus” dão sinais claros, entre outros, de que ainda nos vitima uma herança colonialista que considera o povo pobre como inferior, passível de dominação servil, objeto “normal” de exploração. Em

<sup>1</sup> Sepé Tiaraju (s/data - 1756): índio guerreiro guarani, considerado um santo popular brasileiro. Sobre ele, confira a matéria de capa da IHU On-Line número 156, de 19 de setembro de 2005, intitulada *Essa terra tem dono, nós a recebemos de Deus e de São Miguel*. (Nota da IHU On-Line)

nosso estado, isso pode ser comprovado por duas iniciativas tomadas pelo poder público ligadas à nossa terra e as pessoas que com ela trabalham. O apetite do capital internacional pelo lucro é a primeira. Ele está pondo em risco o meio ambiente, de modo particular o bioma pampa, trocando frações de terra destinadas à produção de alimentos por silviculturas. Apenas esse fato já deveria servir de alerta, pois um bem de uso comum não pode ser tratado como propriedade por nenhum governo.

O segundo acontecimento atinge em cheio o MST. Quatro ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do estado contra integrantes desse movimento em Carazinho, Canoas, Pedro Osório e São Gabriel. Todas elas estavam baseadas num inquérito secreto que, para criminalizá-lo, invocou o fato de que fazem parte de um movimento que é “anticapitalista e esquerdista”. Uma das execuções liminares dessas ações cumprida em Coqueiros do Sul foi feita pela Brigada Militar, que se utilizou de extrema violência e humilhação contra os agricultores. É como se os sem-terra devesses ser processados não pelo que fazem, mas pelo que eles são e se desconfia que possam fazer, pondo em risco a “segurança” local.

**IHU On-Line - De todos os movimentos sociais, o MST é o mais criminalizado? Por quê? Ele deveria mudar suas políticas de ação? Como transformar a imagem negativa do movimento que é apresentada pela mídia, por exemplo?**

**Jacques Alfonsin** - Embora o MST seja o mais visado pela repressão do estado e as críticas tendenciosas da mídia, com poucas exceções, todos os movimentos sociais ligados às lutas da terra e ao meio-ambiente são os que mais sofrem. Cito como exemplo o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia). Isso se deve ao fato de que a terra é um bem limitado, mas capaz de ficar sujeita a um direito dotado de expansão ilimitada (propriedade) que,

**“O juízo preconceituoso que predomina em grande parte da sociedade contra esses movimentos tem origem no fato de que todos os instrumentos legais que o poder público usa, e muito mal, em favor da “segurança social” no país, objetiva apenas conter ou reprimir a violência social, não afetando em nada a injustiça social”**

justamente por tal característica, dá um extraordinário poder econômico e político ao seu titular, sem falar na valorização que esse bem adquire diariamente, pelo simples crescimento da população vitalmente necessitada de espaço para viver. Por essa razão, o MST não tem como mudar de estratégia de ação, nem como mudar a imagem que a mídia lhe atribui. No que concerne à sua estratégia de atuação, o movimento tem consciência de que os direitos humanos fundamentais dos seus integrantes somente podem ser exercidos sobre terras anti-socialmente usadas. Nisso estão apoiados pela Constituição Federal, que desenvolveu um capítulo inteiro para tratar da reforma agrária. Entre as urgências que os oprimem, porém, e a

lentidão da burocracia, não raro provocada e explorada por quem preside o chamado “devido processo legal”, há uma incompatibilidade de efeitos sociais e jurídicos de tal forma cruel que tem de ser contada pelo número de mortos nos conflitos que ela gera, conforme a CPT (Comissão Pastoral da Terra) comprova em relatórios anuais. Pesa sobre cada agricultor sem-terra e pobre o “perigo iminente” da fome, entre outras carências, por si só capazes de retirar qualquer ilicitude ética ou jurídica ao ato de ocupar terra, por exemplo, conforme prevê o art. 188, inc. II do Código Civil. Disposições legais como essa nunca são lembradas em favor das minorias, justamente pelo poder que o “metacódigo” acima denunciado tem de se sobrepor às mesmas. No que concerne à mídia, as razões de distorção da imagem do movimento se devem ao fato de que, sabidamente oligopolizada em nosso país, ela é refém dos seus anunciantes e patrocinadores, entre os quais se encontram transnacionais e bancos latifundiários.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a atuação e o crescente surgimento de novos movimentos sociais que lutam por terem seus direitos reconhecidos e legitimados na sociedade, como grupos homossexuais, mulheres, moradores de rua, professores, ambientalistas, funcionários públicos etc.? O que essas reivindicações significam e representam no contexto atual?**

**Jacques Alfonsin** - Elas significam que tais movimentos assumiram a dignidade humana não como uma atribuição da lei, do Estado ou de quem quer que seja, mas sim como uma característica inerente à sua própria condição de pessoa. A dignidade humana, como alguns juristas modernos vêm aprendendo e ensinando, é um princípio suprapositivo, o que significa que ela não está na frente, nem atrás, nem do lado da lei, mas sim acima dela.

Todos esses novos movimentos reivindicatórios comprovam a incapacidade do Estado de remediar a injustiça social, enquanto manietado pelo “metacódigo”, preocupado apenas, em nome da segurança, em debelar

“Movimentos assumiram a dignidade humana não como uma atribuição da lei, do Estado ou de quem quer que seja, mas sim como uma característica inerente à sua própria condição de pessoa”

a violência social. Deixa de observar que a última é efeito e não causa de insegurança. Assim erige sua “ordem” em desordem institucionalizada, na medida em que não trabalha com a sociedade, mas sim apenas para uma parte dela, justamente aquela que, em nome da sua própria tranquilidade, usa os recursos públicos recolhidos de todas as pessoas, em seu exclusivo favor. Quanto gasta o poder público, por exemplo, para desapossar tantas multidões de pobres de centenas de latifúndios rurais e urbanos, ocupados por sem-terra ou por sem-teto? Não seria bem mais fácil e mais barato usar esse dinheiro para realizar a reforma agrária e a urbana, com a presteza e a eficiência que a prioridade ético-jurídica de tais reformas exigem?

**IHU On-Line - Por que a defesa do patrimônio privado se sobressai aos interesses da população?**

Jacques Alfonsin - Além de refletir um perfil hermenêutico de interpretação dos fatos e da lei, de acordo com uma cultura privatista e patrimonialista, o paradigma ideológico que preside uma tal disposição é bem o daquele que quer convencer a sociedade de que toda a contestação do atual *status quo* ignominioso e injusto da terra em nosso estado e no país, é criminosa e deve ser punida. Mesmo que a Constituição Federal, o Estatuto da Terra e o da Cidade equipem a sociedade civil e o Estado de um de-

talhado instrumental de atuação em favor de urgentes defesas que os direitos humanos fundamentais da população pobre merecem, o chamado “direito adquirido” de propriedade privada é interpretado como em grau hierárquico superior ao do próprio direito à vida. Um exemplo dessa anomalia pode ser dado pelos efeitos jurídicos criados por uma desapropriação de imóvel rural que descumpriu com a sua função social. Um descumprimento dessa gravidade constitui ato ilícito. Isso não impede que o poder público deva indenizar o proprietário da terra com títulos da dívida agrária. É o único caso, talvez, em que se interpreta a legislação brasileira como determinando que toda a sociedade arque, através do seu poder público, com o pagamento de um prejuízo que ela mesma sofreu, pela prática de um ato ilícito de um latifundiário. Indenização, como a própria etimologia da palavra atesta, *in-dene*, significa deixar sem dano. No caso, quem provoca o dano é que recebe reparação.

**IHU On-Line - A relação da governadora Yeda Crusius com os movimentos sociais pode criar um “estado de exceção”? Por que as questões sociais são tratadas como caso de polícia?**

Jacques Alfonsin - Talvez ainda não um estado de exceção de direito, mas, de fato, isso já ocorre aqui. A questão social está sendo tratada como na época do Estado Novo, durante a ditadura Vargas, quando um dos seus ministros afirmava que essa questão deve ser tratada como um caso de polícia. O preconceito que generaliza suspeitas sobre os movimentos sociais visa desmobilizá-los e desmoralizá-los, inclusive com o uso da repressão violenta, da força e da humilhação próprias do abuso de poder e de autoridade, crime tipificado no Código Penal. Esopo<sup>2</sup> tinha razão: por mais que esses movimentos se coloquem na posição do cordeiro que bebe água um nível abaixo da correnteza do rio, e o lobo faça o mesmo um nível acima, conti-

<sup>2</sup> Esopo: escritor grego que teria vivido no século VI a.C.. O local de seu nascimento é inserto. Alguns citam Trácia, Etiópia, Samos, Atenas ou Sardes. Suas fábulas serviam como base para recriações de outros escritores ao longo dos séculos. (Nota da IHU On-Line)

“É como se os sem-terra devessem ser processados não pelo que fazem, mas pelo que eles são e se desconfia que possam fazer, pondo em risco a ‘segurança’ local”

nuarão sendo acusados, caluniados e condenados, como se eles é que estivessem sujando a água que dessedenta o lobo. Esse animal, hoje, por mais que se valorizem as poucas exceções, está incorporado num sistema econômico, político e jurídico capitalista montado para excluir quantos forem os barrados à porta do chamado mercado, por sua pobreza e incapacidade econômica. Mesmo diante dessa poderosa oposição, isso não impede que eles continuem cantando a sua luta, cheios de esperança e fé: “Este é o nosso país / Esta é a nossa bandeira. É por amor a esta Pátria-Brasil, / que a gente segue em fileira. Queremos mais felicidade/ no céu deste olhar cor de anil. No verde esperança sem fogo/ bandeira que o povo assumiu. Amarelo são os campos floridos/ as faces agora rosadas. Se o branco da paz irradia/ vitória das mãos calejadas. Queremos que abrace essa terra / por ela quem sente paixão. Quem põe com carinho a semente pra alimentar a Nação. A ordem é ninguém passar fome / progresso é o povo feliz. A reforma agrária é a volta do agricultor à raiz”.<sup>3</sup>

#### LEIA MAIS...

>> Confira um artigo de Jacques Alfonsin, no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).

\* *Da repressão da delinqüência à delinqüência da repressão*, de 09-03-2008.

<sup>3</sup> Trecho da música *Ordem e Progresso*, de Zé Pinto. (Nota da IHU On-Line)

## Manter a ordem não é criminalizar

A penalização de alguns movimentos sociais não representa sua criminalização, assegura Bernardo Sorj

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“Nem sempre quem questiona ou critica certas atividades dos movimentos sociais está por definição querendo criminalizá-los, e também nem todos os movimentos sociais que lutam por direitos o fazem da forma acertada.” A opinião é de Bernardo Sorj, sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e foi expressa em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line. Simpatizante das organizações que lutam em defesa das minorias, mas defensor da aplicação de leis para o convívio democrático, o pesquisador afirma que parte das mobilizações sociais são realizadas em prol de grupos que não têm efetiva participação no sistema econômico e político do país. Isso, segundo ele, faz com que os movimentos sociais não consigam “atingir o coração do sistema para impor condições”. Contudo, Sorj garante que no Brasil os grupos que lutam pelos direitos das minorias têm bastante espaço para atuar. “Jamais a sociedade civil brasileira esteve tão vibrante, com tanta capacidade de mobilização, pelo menos para chegar aos meios de comunicação”, garante.

Bernardo Sorj estudou Antropologia e Filosofia no Uruguai, e obteve o título de Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Manchester, na Inglaterra. Atuou como professor na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, também é diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e coordenador do Scielo Latin American Social Sciences Journals English Edition. Escreveu, entre outros, *A construção intelectual do Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001) e *La democracia inesperada* (Buenos Aires: Bononiae Libris/Prometeo Libros, 2005). Mais artigos e publicações do autor estão disponíveis na sua página pessoal (<http://www.bernardosorj.com>).



Divulgação

**IHU On-Line - Quais são as origens históricas para compreender a criminalização dos movimentos sociais? O senhor percebe, no Brasil, uma tendência de deslegitimar os grupos que lutam pelos direitos das minorias?**

**Bernardo Sorj** - No século XIX, os setores populares eram chamados de classes perigosas e havia uma tendência de criminalizar suas atividades. Muitas vezes, inclusive no início da organização sindical, o movimento foi criminalizado, assim como muitas atividades do movimento operário. Devemos, portanto, tomar cuidado com as tendências à criminalização de movimentos sociais. Obviamente, isso não significa que toda a criminalização seja errada e que todo movimento social se repre-

sente como virtuoso. O movimento nacional socialista,<sup>1</sup> por exemplo, infelizmente não foi criminalizado. Então, devemos ter cuidado com as generalizações que podem virar *slogans*. Por isso, precisamos estar atentos a situações concretas em que a utilização da lei, especialmente em contextos democráticos, deve ser utilizada para limitar e enquadrar tendências antidemocráticas, inclusive quando se trata de movimentos sociais.

### Contexto brasileiro

Não percebo essa tendência de deslegitimar os movimentos sociais,

<sup>1</sup> Sobre o tema, confira a edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimidade da irracionalidade e da barbárie*. (Nota da IHU On-Line)

no Brasil. Obviamente, existem setores sociais que os questionam ou mesmo gostariam de colocá-los fora da lei. Mas os grupos que lutam pelas minorias, nunca, na história do país, tiveram tanto espaço para atuar. Inclusive, porque certos direitos como os conquistados pelo movimento operário foram adquiridos numa época de oposição, de confronto entre capitalismo e socialismo. Nesse período, muitos na direita viam em qualquer movimento social uma semente ou alguém a serviço do comunismo. Isso felizmente desapareceu. Jamais a sociedade civil brasileira esteve tão vibrante, com tanta capacidade de mobilização, pelo menos para chegar aos meios de comunicação. Os limites destes movi-

mentos são dados por outros fatores históricos, em particular pela perda de força do movimento operário.

Nem sempre quem questiona ou critica certas atividades dos movimentos sociais está por definição querendo criminalizá-los, e também nem todos os movimentos sociais que lutam por direitos o fazem da forma acertada. Devemos, portanto, ter cuidado com as teorias conspiracionistas que simplificariam os processos históricos, e cada caso deve ser analisado concretamente. O papel do cientista social é descobrir os vários tipos de interesses em jogo, como é, por exemplo, o das reservas indígenas na Amazônia. Do ponto de vista normativo, precisamos ter firmeza na defesa das regras de convivência democrática. Ninguém está acima das leis e das normas que regulam o convívio democrático. Assim, se em determinadas situações os movimentos sociais ultrapassarem seus limites, precisam ser enquadrados, mas isso não significa que estão sendo criminalizados.

**IHU On-Line - O senhor disse que os sindicatos e partidos cederam espaço para organizações que não se legitimam pelo número de filiados, mas pela “força moral ou conhecimento técnico”. Isso significa que está ocorrendo uma mudança na concepção e estrutura dos movimentos sociais? Surge na sociedade brasileira um novo grupo de lutas sociais?**

**Bernardo Sorj** - Sem dúvida. Um dos desafios para aqueles que lutam por uma sociedade mais igualitária é reconhecer que as formas tradicionais de luta e organização mudaram profundamente. Anteriormente, os movimentos sociais tinham profundas raízes nos grupos que pretendiam representar. Os sindicatos, por exemplo, mobilizavam uma base operária ampla. Na atualidade, esse tipo de mobilização se enfraqueceu enormemente. Muitas lutas organizadas em benefício dos direitos de um grupo específico geralmente são feitas por ONGs que falam “em nome de”, mas que na verdade não têm nenhuma delegação efetiva desse grupo social. A intenção dessas organizações é geralmente boa, mas isso não significa efetivamente que

elas representem os grupos que querem defender ou que suas propostas sejam adequadas. O problema que se coloca para organizações que têm efetiva base social, mas não estão inseridas no sistema econômico ou político, e, portanto, sem condições de atingir o sistema para negociar, é como chamar a atenção da sociedade.

Então, como eles agem? Fundamentalmente, através de ações espetaculares que chamem a atenção dos meios de comunicação, para, através desses, atingir a população. Ou seja, praticam atos fortes do ponto de vista midiático, mas que não tem nenhum impacto sob a economia. Qual é o problema desse tipo de estratégia? Elas muitas vezes forçam os limites da legalidade. Um exemplo é o caso de José Bové<sup>2</sup> na França, que destruiu uma lanchonete do McDonald's para chamar atenção à luta contra o uso de carne tratadas com hormônios, e que no Brasil participou da destruição de um cultivar de transgênicos da Aracruz Celulose, em 20 de janeiro de 2006. Esse tipo de atitude, além de ser ilegal, inclui no caso do ato de Bové no Brasil, uma falta de respeito pela soberania nacional. Mas estes são atos com conteúdo mais simbólico. A ocupação violenta de prédios públicos e da casa de campo do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo MST são fatos ainda mais questionáveis. Então, devemos reconhecer a legitimidade, por exemplo, do MST, mas sem por isto automaticamente defender todas suas ações. Defender uma causa legítima não dá direito a que seus representantes estejam acima da lei.

**IHU On-Line - O senhor percebe diferenças entre os movimentos sociais tradicionais que se consolidaram na década de 1980 e os novos grupos de minorias sociais que surgem nos últimos anos?**

**Bernardo Sorj** - A pergunta é interessante, mas complexa. Obviamente,

<sup>2</sup> José Bové (1953): sindicalista e agricultor francês, militante do movimento antiglobalização e porta-voz da Via Campesina. Sobre ele, confira as *Notícias do Dia* do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), a notícia “Bové anuncia sua candidatura à presidência”, de 05-02-2007. (Nota da IHU On-Line)

há diferenças importantes. Muitos dos movimentos sociais dos anos 1980 - que têm como base os centros metropolitanos e de classe média - são setores que defendem formas de identidade coletivas orientadas pela procura de novos sistemas de valores, pelo direito de ter sua própria identidade reconhecida no espaço público. Entretanto, são bastante diferentes de movimentos sociais que têm sua origem nos setores mais pobres, como o movimento de Chiapas ou o MST, ainda que parte dos principais líderes sejam de classe média. Estes grupos agem de modo diferente, pois a relação de poder entre eles também é distinta. Os integrantes de movimentos, com ampla presença da classe média, estão inseridos no sistema político e midiático e têm presença massiva no sistema de produção de informação e cultura.

**IHU On-Line - Como explicar o aumento significativo de ONGs e movimentos sociais na América Latina e, ao mesmo tempo, a crescente desigualdade social? O que as organizações não governamentais representam nesse novo cenário de movimentos sociais?**

**Bernardo Sorj** - Não há uma correlação direta. A desigualdade social na América Latina, nos últimos dez anos, em particular no Brasil não aumentou. Mas ocorreram crises econômicas que atingiram setores importantes da população como na Argentina, agravando enormemente as desigualdades sociais em alguns regiões da América Latina.

A expansão das ONGs, que em muitos países começou a partir da luta contra a ditadura, é um fenômeno que tem se dado de forma crescente e constante, independente das desigualdades sociais. Essas organizações expressam uma transformação das formas de atuação política e expressam fundamentalmente um fenômeno que atinge a maioria dos países da América Latina: a fragilização do sistema político partidário. Ou seja, em geral a população se afastou do sistema político partidário para poder fazer valer a sua opinião e participar do sistema político. Os ativistas sociais, que são sempre uma minoria, hoje se concentram em uma forma diferente de

atuação política: as ONGs. Essas, por sua vez, têm características sociais diferentes daquelas que tinham, no passado, os ativistas políticos, que na sua maioria eram voluntários. Hoje, as ONGs são formadas por pessoas que profissionalizaram a crítica social. Assim, temos uma nova forma de ativismo político profissionalizado que não passa mais pelo partido político. Ele se dá na esfera de reivindicações de direitos feitas ao Estado, não tendo mais como foco assumir o poder político. Essa mudança pode produzir consequências negativas na medida em que a imaginação política, a militância, o ativismo social se afastaram dos partidos políticos, criando um vazio. Esse vazio é tanto social, de produção de quadros políticos partidários de bom nível, quanto de idéias. Queiramos ou não, os partidos políticos continuam sendo o único instrumento para chegar ao governo.

**IHU On-Line - O senhor disse que “as classes médias são as grandes destabilizadoras da democracia no continente”. No que o senhor fundamenta essa posição? A classe média deveria ser mais militante? O senhor acha que ela contribui para fortalecer o sentimento de criminalização dos movimentos sociais?**

**Bernardo Sorj -** Digo isso porque acredito que a sociologia perdeu de vista a importância de analisar, compreender e acompanhar a dinâmicas das classes médias. Há uma ênfase unilateral, do ponto de vista analítico, no tema da desigualdade social, que, sem dúvida, é fundamental, mas não é o único mecanismo para entender a nossa sociedade. Na história moderna, nas sociedades em que o regime democrático entrou em colapso, isso não foi devido somente, nem mesmo de forma decisiva, à desigualdade ou a pobreza, mas pela insatisfação das classes médias. Esse grupo social, em especial na América Latina, está crescentemente insatisfeito, porque sente que carrega o ônus de manter um Estado do qual recebe pouco ou nada. Em geral, quem pertence à classe média tem plano de saúde privado, paga escola particular para os filhos e condomínios caros por medo da violência. Além disso, ainda

**“Do ponto de vista normativo, precisamos ter firmeza na defesa das regras de convivência democrática. Ninguém está acima das leis e das normas que regulam o convívio democrático”**

existem os casos de corrupção em que as pessoas se sentem lesadas, porque são as principais pagadoras de impostos diretos. Considerando esses aspectos, precisamos ter mais sensibilidade para compreender a dinâmica da classe média, e que, se não for cuidada pelo sistema político, poderá gerar tendências autoritárias no seu seio.

**IHU On-Line - Uma das funções do Estado é garantir os direitos dos cidadãos. Entretanto, esse mesmo Estado tem reprimido esses direitos? Qual sua percepção sobre o relacionamento dos governos com os movimentos sociais?**

**Bernardo Sorj -** O Estado brasileiro, hoje, não consegue garantir os direitos do conjunto da população: direito à vida, à propriedade e acesso a uma justiça que funcione. Portanto, o problema é mais amplo. O ponto de partida da legitimidade do Estado é assegurar o direito a vida e, numa sociedade capitalista e democrática, o direito à propriedade. Na nossa sociedade, é legítimo reivindicar uma visão distributiva e social da propriedade. É legítimo lutar por expandir os direitos cidadãos. Entretanto, volto a insistir que assegurar os direitos não significa que esses devam ocorrer fora das normas de convivência democrática. Também não concordaria com a afirmação que o Estado brasileiro não assegura os direitos dos movimentos sociais, pois esses, no Brasil, recebem

benefícios quando não são diretamente sustentados pelo Estado. O próprio MST é, em boa medida, financiado pelo Estado. Então, dizer que ele não tem assegurado seus direitos, é um exagero. O mesmo acontece com ONGs, movimentos sociais de bases etc.

**IHU On-Line - O senhor afirma que a sociedade civil só será um importante fator democratizante caso se envolva ativamente no sistema político e na transformação das instituições do Estado e dos partidos políticos. Os movimentos sociais podem contribuir nesse sentido? De que maneira esses atores sociais devem atuar?**

**Bernardo Sorj -** Quando falo que devem se envolver, não significa, em nenhum sentido, que os movimentos sociais devam se reduzir ou se submeter à lógica dos partidos políticos. Mas penso que se deve fazer um esforço enorme para ter uma relação mais criativa e mais responsável também entre ambos. Por quê? Porque o partido político, em particular quando está no poder tem responsabilidade de administrar um Estado com recursos limitados e procura idéias nas ONGs, mais para legitimar seu discurso do que mudar a prática tecnocrática de governar. Por outro lado, enquanto os movimentos sociais e as ONGs persistirem numa atitude de demanda e exigências ao Estado, sem um diálogo maior com os partidos políticos, continuaremos vivendo uma política empobrecida. O que acontece de fato no Congresso Nacional? Movimentos sociais, corporações, grupos de interesses demandam coisas para o Estado, mas sem ter uma visão realmente do que é possível para o país. Essa atitude demandadora de direitos é importante, mas deve ser elaborada dentro do contexto da realidade nacional, de acordo com um projeto viável que leve em consideração os interesses da sociedade e não apenas de setores específicos. Os partidos políticos, por sua vez, têm uma relação puramente instrumental com as ONGs, elaborando seus programas políticos em cima da hora em função de cada eleição, mantendo uma relação puramente oportunista com as demandas e discurso dos direitos humanos.



## Ações de criminalização mostram o autoritarismo das instituições

Há uma “relação estreita entre a defesa dos interesses do agrenegócio e as ações de criminalização”, garante Sérgio Sauer

POR PATRICIA FACHIN

**P**ara o Prof. Dr. Sérgio Sauer, da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a criminalização dos movimentos sociais pode ser explicada pela ineficiência das instituições de entender que “as divergências de interesses e a luta por direitos fazem parte de qualquer sociedade democrática”. Segundo ele, as alianças políticas estabelecidas pelo governo federal estão contribuindo para a deslegitimação dos ativistas. E garante: “Isso resultou na presença, por exemplo, de setores oligárquicos atrasados na base do governo, os quais são completamente refratários às demandas dos movimentos sociais e trabalham ativamente para evitar que políticas públicas estruturantes”.

Sauer possui graduação em Teologia, pela Escola Superior de Teologia (EST), de São Leopoldo, em Filosofia, pela Universidade Católica de Goiás, mestrado em Filosofia da Religião, pela School of Mission and Theology – University of Bergen, da Noruega, e doutorado em Sociologia, pela Universidade de Brasília (UnB), onde atualmente atua como docente. O pesquisador foi responsável pela organização de vários livros dos quais destacamos *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado* (São Paulo: Expressão Popular, 2006), *Conferência nacional da terra e da água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável* (São Paulo: Expressão Popular, 2007) e *Encontro nacional dos povos do campo: por dignidade e justiça* (São Paulo: Expressão Popular, 2007).

**IHU On-Line - O senhor percebe uma tendência a criminalizar os movimentos sociais no Brasil? Quais são as explicações para compreender esse sentimento de deslegitimação dos que lutam pelos direitos das minorias?**

**Sérgio Sauer** - Acontecimentos recentes, como investigações policiais, processos judiciais, inclusive com o uso da Lei de Segurança Nacional no Paraná, Rio Grande do Sul e Pará, demonstram claramente um processo crescente de criminalização das bandeiras sociais e de seus protagonistas, os movimentos sociais.

Em primeiro lugar, é importante

mencionar que essa prática não é recente, mas se tornou mais visível nos últimos anos. A lógica de tratar reivindicações populares como “caso de polícia”, portanto, como crime, não é novidade na sociedade brasileira. A novidade talvez seja o fato de que vivemos em uma sociedade democrática e as iniciativas de criminalização estão partindo de instituições que deveriam primar pela defesa dos direitos das minorias.

A Constituição brasileira estabeleceu o Estado democrático de direitos como um princípio fundamental. Portanto, tentativas de restringir direitos consolidados como, por exemplo,

o direito de associação, são chocantes. Além disso, essas ações de criminalização explicitam o autoritarismo das instituições que não conseguem entender que o conflito, ou seja, as divergências de interesses e a luta por direitos, faz parte de qualquer sociedade democrática.

Em segundo lugar, a prática da criminalização é um aprimoramento da violência. Digo isso porque a violência direta e explícita (assassinatos, despejos violentos etc.) é “substituída” por mecanismos mais eficazes de repressão das demandas sociais legítimas. De um lado, não tem a rejeição da sociedade como acontece com a

## “A lógica é fragilizar, e em última instância condenar, para aniquilar aqueles movimentos sociais mais organizados, com maior capacidade de luta, de mobilização”

violência aberta e, de outro retira a eficácia das ações. A acusação de crime retira a legitimidade dessas demandas e de seus atores, pois são “criminosos” e “agitadores”.

**IHU On-Line - A criminalização ocorre com mais frequência ou de maneira mais acentuada com os movimentos que lutam pelas causas do campo, pela reforma agrária, contra a construção de usinas e barragens, por exemplo?**

**Sérgio Sauer** - Há dois aspectos importantes para entender esse processo. Em primeiro lugar, a criminalização tem como principal objetivo afetar os setores mais organizados e atuantes da sociedade. A lógica é fragilizar, e em última instância condenar, para aniquilar aqueles movimentos sociais mais organizados, com maior capacidade de luta, de mobilização. O processo recente de democratização da sociedade brasileira foi forjado junto e através da criação e organização de movimentos sociais que ainda estão atuantes. Esses têm visibilidade na opinião pública e, conseqüentemente, são também os mais visados nas ações de criminalização.

Em segundo lugar, a sociedade brasileira é determinada pelo que os teóricos chamam de “patrimonialismo”. Em outras palavras, há uma relação direta entre “ter” (propriedade) e “poder”, sendo que a terra é uma expressão simbólica importante desse patrimonialismo. Qualquer ameaça à propriedade da terra afeta, real ou simbolicamente, as relações de poder gerando reações violentas ou mais bem elaboradas, que são as ações legais de criminalização.

No entanto, é importante registrar que a criminalização não acontece apenas com movimentos nacionais,

a exemplo do MST. Em recente audiência na Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, representantes de quilombolas, por exemplo, denunciaram o mesmo tipo de ação em diferentes localidades do país. Nessa lógica de criminalização, há várias iniciativas, como projetos de lei, pedidos de fiscalização, projetos de cancelamento de decisões do Executivo, de parlamentares da Bancada Ruralista caçando direitos de grupos indígenas etc.

**IHU On-Line - O avanço do agronegócio tem interferido nas relações do campo e no processo das lutas sociais? Em que medida?**

**Sérgio Sauer** - A expansão do grande agronegócio tem influência direta nas relações sociais e políticas no campo, mas não é mesma coisa que criminalização. Sem sombra de dúvidas, há uma relação estreita entre a defesa dos interesses do agronegócio e as ações de criminalização. Entretanto, a criminalização é o uso dos mecanismos legais e institucionais para transformar ações legítimas em crimes. Tem ocorrido uma inversão da lógica fundante do Estado democrático de direitos, pois aqueles que deveriam ser protegidos são perseguidos e incriminados. Por outro lado, a expansão do agronegócio passa por incentivos e mecanismos econômicos, afetando os direitos das populações pobres em vários sentidos. Um exemplo são as ações governamentais de reforma agrária: a expansão do agronegócio pressiona os preços das terras tornando os processos desapropriatórios mais caros, impedindo a constituição de novos assentamentos ou empurrando esses para regiões de terras ruins, regiões de pouco dinamismo econô-

mico, distantes dos centros urbanos.

**IHU On-Line - É possível manter uma convivência pacífica entre Estado, grande capital e movimentos sociais?**

**Sérgio Sauer** - Essa é uma pergunta complexa. Diante da conjuntura atual, inclusive de reações de lideranças ruralistas, a exemplo do presidente da UDR (União Democrática Ruralista) no Pontal, a minha primeira reação seria dizer “não”! Mas acredito que é preciso separar e melhor conceituar esses três “atores”. O que quero dizer com isso?

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que um Estado democrático se diferencia de regimes autoritários não só porque aceitam o conflito, mas porque o pressupõe. O conflito – não a violência – faz parte de qualquer sociedade democrática. Portanto, manifestações de insatisfação e demandas não podem ser tratadas como crime. Se é assim, a “convivência pacífica” é sempre uma relação que respeita as diferenças de interesses e de demandas. Portanto, reconhece o conflito e as divergências como legítimas.

Não há como negar, esse é o segundo ponto, que os interesses do grande capital não são os mesmos dos movimentos sociais agrários. Em um país como Brasil, de tanta desigualdade no acesso à terra – e, no momento, com uma tendência de ampliação dessa desigualdade pela crescente expansão do agronegócio –, esses interesses não são facilmente passíveis de acordo. Aliás, em muitos momentos, não há possibilidade de nenhum tipo de arranjo político.

**IHU On-Line - Como compreender um governo que se originou nas lu-**

tas sociais e que apóia uma política neoliberal? O governo é contraditório em relação aos movimentos sociais?

**Sérgio Sauer** - Não há qualquer sombra de dúvidas que o governo Lula é contraditório em relação às políticas agrárias e agrícolas. Contraditório por várias e diferentes razões, mas cito apenas o fato de que é um governo composto por alianças políticas amplas. Isso resultou na presença, por exemplo, de setores oligárquicos atrasados na base do governo, os quais são completamente refratários às demandas dos movimentos sociais e trabalham ativamente para evitar que políticas públicas estruturantes como a ampliação das desapropriações sejam efetivamente implementadas.

Nesse sentido, a origem do atual governo não explica a atuação do mesmo, e tem um peso pequeno no processo de disputa interna e nas opções políticas. As escolhas e alianças levaram a ações de governo que são planejadas e implantadas, visando ampliar a produção, seja do agronegócio, seja da agricultura familiar. Políticas estruturantes são conflitivas, portanto não são implementadas.

Por outro lado, a origem popular do governo, contraditoriamente, é um dos atores que acionou outras instâncias do Estado a ampliar a criminalização. Em outras palavras, como o Executivo não age para conter os movimentos sociais, adotando uma postura de diálogo, outros mecanismos e instituições atuam ou ampliam suas ações de criminalização.

**IHU On-Line** - O senhor defende a relação do MST com membros do Executivo. Como isso deve ser feito, num estado como o Rio Grande do Sul, por exemplo, em que o governo apresenta uma política de repressão aos movimentos sociais?

**Sérgio Sauer** - Na verdade, salvo algum equívoco meu, disse recentemente algo no sentido de que é preciso que os movimentos sociais atuem e estabeleçam relações mais estreitas com o Legislativo. Eu estava pensando em âmbito nacional, ou seja, uma atuação mais sistemática junto à Câmara e Senado, mas acho que essa

**“Qualquer ameaça à propriedade da terra afeta, real ou simbolicamente, as relações de poder gerando reações violentas ou mais bem elaboradas, que são as ações legais de criminalização”**

**“Um Estado democrático se diferencia de regimes autoritários não só porque aceitam o conflito, mas porque o pressupõe. O conflito – não a violência – faz parte de qualquer sociedade democrática. Portanto, manifestações de insatisfação e demandas não podem ser tratadas como crime”**

atuação deve se estender para os Legislativos estaduais e municipais.

Essa afirmação é resultado, primeiro, do fato de que eu trabalhava no Senado e percebia uma distância

entre aquela Casa legislativa e os movimentos sociais. Mas é mais do que isso, pois acredito que o momento exige a ocupação de espaços políticos de um Estado contraditório. É preciso ampliar as alianças, tanto com setores da sociedade como do Estado, diante de uma conjuntura de crescentes ações de criminalização por parte instituições estatais. Na atual conjuntura, acho muito difícil esse tipo de relação com o Executivo gaúcho.

**IHU On-Line** - Em que medida ampliar a participação política pode representar benefícios para os movimentos sociais?

**Sérgio Sauer** - Mais do que participação política, é fundamental a construção de alianças com diferentes segmentos da sociedade, portanto a atuação política deve ser entendida em seu sentido amplo. Em outras palavras, entendo que os movimentos sociais têm atuações diferenciadas de partidos políticos, portanto atuação política não deve ser entendida como atuação parlamentar ou partidária. Por outro lado, a conjuntura exige um maior envolvimento de lideranças políticas (parlamentares), o que vai acontecer a partir da mobilização dos movimentos sociais que estão sofrendo com a criminalização.

**IHU On-Line** - No Rio Grande do Sul, o Ministério Público tentou impedir as marchas do MST. O senhor percebe esse fato como um atentado à democracia e à autonomia dos participantes?

**Sérgio Sauer** - Sem sombra de dúvidas. Vivemos – mesmo que com todas as imperfeições que as desigualdades sociais impõem a uma real democracia – em um Estado democrático de direitos. A Constituição é clara no direito de ir e vir, no direito de associação, no direito de expressão. As ações do Ministério Público do Rio Grande do Sul atentam contra todos esses direitos. Portanto, são expressões de um estado de exceção. Posso não concordar com o conteúdo da manifestação desse ou daquele movimento, mas preciso respeitar o direito à manifestação. Isso é o mínimo que o Estado de direitos exige.

## Há um processo de deslegitimação tanto das minorias quanto das majorias

O Estado criminaliza os movimentos sociais ao mantê-los na subalternidade com a aplicação de políticas assistencialistas, considera Ricardo Antunes

POR BRUNA QUADROS E PATRICIA FACHIN

“**A** política do crime no Brasil, praticamente sem controle, mostra a criminalização dos movimentos sociais como se fossem parte da criminalidade”, avalia Ricardo Antunes, em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line. Segundo ele, movimentos sociais com o peso político do MST, por exemplo, são deslegitimados pelos seus méritos: criticar os transgênicos, a propriedade fundiária da terra e a desnacionalização da economia brasileira.

Para o sociólogo, o processo de penalização de grupos que lutam pelos direitos das minorias está arraigado na história do país. Na atualidade, entretanto, sinaliza que a política ambígua do governo contribui para acentuar os casos de repressão.

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foi Visiting Research Fellow na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Fez mestrado em Ciência Política no IFCH-Unicamp e doutorado em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP).



Divulgação

**IHU On-Line - O senhor percebe no Brasil uma tendência de deslegitimar os grupos que lutam pelos direitos das minorias? Quais são as origens históricas para entender a criminalização dos movimentos sociais?**

**Ricardo Antunes** - É importante considerar que há um processo de deslegitimação tanto das minorias quanto das majorias. O MST, por exemplo, não é um movimento social minoritário. O seu traço distintivo é que ele é um movimento social ampliado, de massa, certamente o mais importante do Brasil e da América Latina no que concerne à sua amplitude, seus objetivos, seu nível de participação de base e organização. Faço esse primeiro comentário porque no Brasil há o direito das chamadas majorias e minorias. No país, essas coisas se invertem, porque a maioria vira minoria e a minoria vira maioria. As classes dominantes, embo-

ra minoritárias, acabam criando políticas voltadas para seus interesses, como se elas fossem predominantes.

Há, no Brasil, um processo histórico de penalização dos movimentos sociais. Existe a impressão de que é preciso se conformar com a condição de subalternidade que lhes é imposta, e no máximo aceitar políticas assistencialistas do Estado. Este lhes dá amparo em troca de que se mantenham dentro do espaço restritivo da ordem. Entretanto, quando os ativistas transcendem esse limite, são criminalizados. Antes de a CUT ser fundada em 1983, ocorreram várias tentativas de criar centrais sindicais autônomas no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960. Todas tiveram pouco período de duração, porque as classes dominantes as coíbiam. O mesmo ocorreu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado em 1922 e que teve curto período de legalidade.

As Ligas Camponesas dos anos 1960, por exemplo, se esparramaram pelo Nordeste do Brasil como um movimento rural muito importante, mas foram duramente reprimidas. O mesmo ocorre hoje com o MST.

**IHU On-Line - Duas bandeiras unificaram o movimento social na década de 1990 e início desse século: a luta contra o neoliberalismo e a eleição de um presidente operário. Agora o movimento social se encontra fragmentado. O senhor atribui essa divisão ao governo Lula? Como a política ambígua do presidente permite a criminalização dos movimentos sociais?**  
**Ricardo Antunes** - A vitória do governo Lula foi um divisor de água na luta dos movimentos sociais. Nos anos 1990, esses grupos estavam juntos na luta contra o que chamei de desertificação neoliberal contra a privatização da res

publica do Brasil, do setor produtivo estatal, dos equipamentos coletivos, da saúde, da previdência, da educação, das telecomunicações. Todos estes movimentos formaram um grande leque orgânico que aglutinou as lutas sociais e políticas contra o neoliberalismo. A vitória de Lula em 2002 apresentou uma ruptura neste processo porque dividiu os movimentos sociais. Uma parte deles apóia o governo quase que incondicionalmente, como a CUT e o PT. Ambos tornaram-se governistas. Embora tenham um discurso ambíguo, de que não apóiam todas as políticas do governo Lula, acabam tomando medidas conciliatórias, no sentido de impedir que cresça um movimento de oposição ao governo.

Em outro campo, nasceu, de modo muito mais restrito e limitado, um agrupamento de lutas sociais e sindicais contra o governo Lula, que são as dissidências da CUT. Foram criadas, então, a Conlutas, a Intersindical, partidos de esquerda com o PSOL e pequenos movimentos sociais. O MST viveu uma situação mais difícil. Para eles, o governo Lula não é igual ao governo FHC, que, sustentado pelo PFL, criminalizava os movimentos sociais.

### A política ambígua de Lula

A engenharia política do governo Lula atende aos grandes interesses das classes dominantes. O grande capital produtivo (petroquímica, siderurgia e o *agrobusiness*) está muito satisfeito. Por outro lado, através da Bolsa Família, o presidente atende 12 milhões de famílias que estão na base do pauperismo, especialmente no Nordeste e no Norte do país. O governo Lula tem uma clara política de cooptação das cúpulas sindicais. Hoje, a CUT e a Força Sindical – duas centrais que eram inimigas – estão irmanadas. Ambas fazem parte do governo Lula e o apóiam quase que incondicionalmente nas questões decisivas. Como sabemos, o imposto sindical, anteriormente, não beneficiava as centrais sindicais. Ele era somente recolhido pelos sindicatos e confederações. Agora, as centrais passam a ter 10% deste total, o que é uma quantidade bastante grande. Desde modo, o governo Lula tem em suas mãos uma parte dos movimentos

sociais ligados à CUT; o PT, que lhe dá base de sustentação; uma oposição crítica, aguerrida, mas relativamente restrita em algumas áreas das classes trabalhadoras brasileiras; e o MST, que é o mais importante movimento social e político do Brasil, e que oscila fazendo uma oposição parcial ao governo, em aspectos como o agronegócio, a produção dos transgênicos e a inexistência de uma reforma agrária. Por outro lado, o governo Lula também é muito inteligente. Tem, ao seu lado, homens que vieram da esquerda e que hoje agem como cabeças do Estado político brasileiro. Dentro desse grupo, existe a idéia de que o MST precisa ser atendido de forma diferenciada dos demais movimentos sociais. Primeiro, porque os sem-terra falam por milhares de pessoas, nos seus assentamentos e com suas famílias. Além disso, depende de recursos públicos para a sua sobrevivência. Ou seja, o MST precisa de respaldo para manter milhares de famílias se alimentando, e o governo Lula usa isto muito claramente, desde que o movimento não radicalize a sua luta. O apoio fica restrito se o movimento se comportar de maneira equivocada.

### Distorção

Ninguém, em nenhum setor da mídia, mostra que um país com a riqueza e o volume de terra como o Brasil tem um dos mais altos níveis de concentração fundiária do mundo. Esses setores não dizem que a estrutura agrária brasileira é herança de uma sociedade escravista e colonial. Não temos informações das condições escravas de trabalho no campo, mas basta o MST fazer uma política de ocupação de terra para ser tratado como invasor. As transnacionais, quando se apropriam do solo brasileiro, não são invasoras. Por sua vez, o MST, quando luta por um espaço de terra para recuperar a sua dignidade, é tratado como “invasor”. Isto cria um espaço para que haja o ataque dos “bolsões” da direita e da extrema direita brasileira. Bolsões estes que estão no Judiciário, na imprensa, mas essencialmente na polícia e nos organismos de repressão dos governos.

IHU On-Line - Como o senhor perce-

be a postura de repressão do governo gaúcho frente aos movimentos sociais? O que a coação apresentada pelo Estado, juntamente com as poder público, significa e representa?

Ricardo Antunes - Dentro do contexto apresentado acima, podemos compreender o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Uma coalizão da direita (PSDB) com a Polícia Militar truculenta faz com que a política de criminalização ao MST seja defendida abertamente. Isso demonstra uma tentativa de colocar o movimento na clandestinidade, mostrando que a chamada “democracia brasileira” não aceita a autonomia, a política de base e a ação ousada dos movimentos populares. Mas a quem interessa criminalizar o MST e empurrá-lo para a clandestinidade? Quem são estes “bolsões” de direita e extrema direita, que têm base em setores fortes da nossa classe dominante e apóiam esta política? Estamos vendo o exemplo da Colômbia, em que o desprezo pelas lutas sociais cria uma situação não favorável. E nós estamos muito perto do cenário colombiano. De certa forma, estamos em situação pior. A política do crime no Brasil, praticamente sem controle, mostra a criminalização dos movimentos sociais.

IHU On-Line - Como compreender o apoio de boa parte da sociedade à criminalização dos movimentos sociais? O que falta para que eles sejam vistos como legítimos pela população?

Ricardo Antunes - Machado de Assis,<sup>1</sup> numa crônica chamada “Bons dias”, diz o seguinte: “A opinião pública capta 30% do que pensa a população. Resta saber o que pensam os outros 70%”. Falando com certa ironia, eu diria que as pesquisas captadas pela opinião pública são muito parciais. A repetição diuturnamente de campanhas difamatórias ao MST, apresentadas pela imprensa, explicam o posicionamento da opinião pública. O interessante é que, quando as pesquisas são mais profundas, elas mostram que algumas análises reconheciam o grupo como um movimento corajoso, embora violento. Se

<sup>1</sup> Sobre Machado de Assis, confira a IHU On-Line número 262, de 16-06-2008, disponível para download em [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu) (Nota da IHU On-Line)

o MST não organizasse os trabalhadores do campo, cuja única perspectiva de recuperar o sentido de vida digna é lutando pela terra, pela produção, pelo estatuto, pela conscientização, onde estariam sendo incorporadas essas pessoas?

O desafio é mostrar que, apesar desta campanha midiática brutal contra o MST, o movimento é imprescindível e talvez seja o mais importante das lutas sociais brasileiras dos últimos 25 anos, pois se mantém com força e com base popular.

### **IHU On-Line - O MST contribui para a formação desta imagem negativa?**

**Ricardo Antunes** - É claro que não contribui. A imagem negativa decorre porque o MST confronta os transgênicos, a propriedade fundiária da terra, a desnacionalização da economia brasileira. O movimento condena a política dominante voltada ao agronegócio e à produção de "monocultura". Ele questiona esta regressão do Brasil, quase voltando à condição de um país neocolonial, em pleno século XXI. Por condenar estes valores, ele é atacado. Do contrário, não seria um movimento da importância que é.

Vivemos um momento marcado por uma era de contra-revolução burguesa de amplitude global. Temos um governo que foi eleito para ser de esquerda, mas pratica uma política assistencialista, essencialmente de direita, do agronegócio, do capital financeiro, do superávit primário e do aumento dos juros. Esta é a política da direita, em escala mundial. O MST, então, é combatido em razão de seus méritos e não pelos seus defeitos.

### **IHU On-Line - O senhor percebe uma diferença na atuação dos movimentos sociais no campo ou nos centros urbanos? Eles são mais fortes no campo e frágeis no mundo urbano?**

**Ricardo Antunes** - Há diferenças. Enquanto o MST, no campo, é muito forte, os movimentos dos trabalhadores desempregados são menos intensos. Ao mesmo tempo, existem vários movimentos sociais na luta contra as barragens, a privatização, contra várias das conseqüências negativas da política neoliberal, ou "social-liberal".

O MST consolidou-se devido a três pontos decisivos. O primeiro toca numa questão vital: o direito ao trabalho, à terra, à vida digna, decidida coletivamente, à educação, a partir da qual o povo seja consciente do seu destino. Nem todos os outros movimentos sociais têm condições de tocar em pontos vitais. O segundo ponto é que o MST vem de uma longa trajetória que combina o melhor da esquerda com setores importantes dos movimentos socialistas e de inspiração marxista, que se fundiram neste projeto que originou o ideário do movimento. Ele tem uma linhagem no melhor da Teologia da Libertação<sup>2</sup> e do pensamento emancipatório brasileiro, de inspiração socialista. Em terceiro lugar, o grupo tem uma política em que a base tem o papel constituinte da sua ação. As direções e os espaços de organização são importantes, mas a base tem o comando das formas como age. E isso dá certa autonomia. O MST do Nordeste age diferente do MST do Rio Grande do Sul e de São Paulo, por exemplo, porque há uma combinação rica de direção coletiva e organização autônoma das suas bases regionalmente definidas.

### **IHU On-Line - Como o senhor percebe o surgimento de novos movimentos sociais urbanos (homossexuais, movimentos de barragens, trabalhadores) que lutam pelos mais variados direitos com o objetivo de reafirmar sua dignidade, identidade e legitimidade perante a sociedade? Esses movimentos emergem de uma crise do Estado, de uma necessidade de reconhecimento, de uma exacerbação do individualismo? Qual seu posicionamento?**

**Ricardo Antunes** - São vários fatores. Primeiro, temos uma nova morfologia do trabalho, que inclui os desempregados, e leva a uma nova morfologia das lutas sociais. Depois, temos, desde os anos 1990, no Brasil, um processo de destruição de direitos individuais e coletivos. Paralelamente a isto, percebe-se um aumento nas lutas sociais femininas e feministas, dos negros, dos jovens e dos homossexuais. São várias

<sup>2</sup> Sobre a Teologia da Libertação, confira a IHU On-Line número 214, de 02-04-2007, disponível para *download* em [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu) (Nota da IHU On-Line)

as lutas de movimentos étnicos, de imigrantes, por exemplo. Nos países avançados, isso ocorre de modo muito acentuado. Essas lutas combinam, de modo transversal, gênero, geração, etnia, mediados pela sua condição de classe. Por exemplo, a rebelião de Saint-Denis, ocorrida na França, aglutinava jovens predominantemente homens, imigrantes ou filhos de imigrantes, que viviam às margens de Paris, na condição de cidadãos de segunda ou de terceira classe, sem emprego ou com empregos precários, sem direitos previdenciários ou com direitos previdenciários precarizados. Há um claro corte de classe, como podemos presenciar.

Todos esses movimentos, diferentes entre si, eclodem em um contexto da perda dos direitos individuais e coletivos na era neoliberal, lutando para ampliar estes direitos individuais e coletivos, no sentido da busca de uma igualdade mais substantiva. Mas cada um, a seu modo, recoloca o sentido de buscar uma melhor equação entre a vontade individual e os interesses coletivos com direitos substantivamente iguais. A questão que se mantém é: como fazer com que esses movimentos acabem tendo uma organicidade maior entre eles e acabem contribuindo para a luta e para a estruturação de uma sociedade de novo tipo, contra a lógica destrutiva que prevê e que preside o mundo contemporâneo?

#### **LEIA MAIS...**

>> Confira outras entrevistas concedidas por Antunes à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

#### **Entrevistas:**

\* "Um 1º de maio getulista na era lulista", de 27-04-2006;

\* *A nova morfologia do trabalho e os (des) caminhos do sindicalismo*, de 22-11-2006;

\* *A erosão do trabalho*, de 23-10-2006;

\* "Entre Lula e Alkmin, não sei qual a opção menos nefasta", de 14-10-2006;

\* "Temos hoje uma candidatura da direita brasileira e outra a serviço da direita", de 12-10-2006;

\* "Um 1º de maio getulista em plena era lulista". Edição número 256, de 28-04-2008.

## Movimentos sociais devem estabelecer alianças com o governo

Para Emir Sader, a criminalização aos movimentos sociais ocorre como uma tentativa de desviar a atenção da população para os debates e reivindicações sociais

POR PATRICIA FACHIN

**D**efensor da articulação política entre movimentos sociais e Estado, Emir Sader, filósofo e cientista político, afirma que ambos setores da sociedade devem estar interligados na construção de políticas sociais e antineoliberais, como acontece na Bolívia, no Equador, na Venezuela. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, lembrando o histórico de países como México e Argentina, ele afirma que, se os movimentos sociais não rearticularem suas relações com a política, acabarão isolados e seguirão na defensiva. Referindo-se ao Brasil, em especial ao MST e à CUT, o pesquisador alerta: “Se não conseguirem estabelecer aliança com setores deste governo, não lograrão com nenhum outro, porque a alternativa a este governo e a sua continuidade está à direita”.

Emir Sader graduou-se em Filosofia, cursou o mestrado em Filosofia Política e doutorou-se em Ciências Políticas, pela Universidade de São Paulo (USP). Na instituição, foi professor de política e filosofia. Também foi docente da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade do Chile. Professor aposentado da USP e ex-presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia, Sader dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e é membro do conselho editorial do periódico inglês *New Left Review*.



DIVULGAÇÃO

**IHU On-Line - Como compreender a criminalização dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina?**

**Emir Sader -** Como uma tentativa de desviar a atenção da opinião pública e o debate das reivindicações dos movimentos para suas formas de luta.

**IHU On-Line - Em que o senhor fundamenta a idéia de que passamos da época de resistência para a disputa hegemônica? Qual é a participação dos movimentos sociais nesse processo?**

**Emir Sader -** Desde a eleição de Hugo Chávez,<sup>1</sup> há 10 anos, foram se elegendando sucessivamente governos que, de uma ou de outra forma, são expressões da rejeição ao neoliberalismo. A

derrota dos principais governos que no continente personificaram esse tipo de política, como os de Menem,<sup>2</sup> Fujimori,<sup>3</sup> Fernando Henrique Cardoso,<sup>4</sup> demonstram esse sentimento. Quando os movimentos sociais bolivianos quiseram responder à crise hegemônica, tiveram de fundar um partido, o MAS,<sup>5</sup> para triunfar. Onde não rearticularam

<sup>2</sup> Carlos Saúl Menem (1930): político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Alberto Fujimori (1938): engenheiro e político peruano, foi presidente do Peru de 1990 a 2000. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo e político brasileiro. Foi presidente do Brasil por dois mandatos, entre 1995 e 2002. FHC é co-fundador do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> MAS (Movimento ao Socialismo): partido boliviano de esquerda, constituído por movimentos sociais, o MAS foi fundado pelo atual presidente da Bolívia, Evo Morales. (Nota da IHU On-Line)

suas relações com a política, os movimentos sociais se isolaram e seguiram na defensiva, como nos casos do México e da Argentina, entre outros.

**IHU On-Line - O senhor disse, certa vez, que não há salvação do governo sem salvação do movimento social e não há salvação dos movimentos sociais sem salvação do governo. Como ambos podem caminhar juntos na construção de um projeto democrático?**

**Emir Sader -** Porque as políticas antineoliberais são essencialmente políticas sociais, que devem ser colocadas em prática por governos, na esfera política, mas articulados com os movimentos sociais, como acontece na Bolívia, no Equador, na Venezuela, de forma mais clara.

**IHU On-Line - O senhor defende que os movimentos sociais não devem ser autônomos em relação ao Estado. Entretanto, essa dependência pode agravar o sentimento de marginalização desses movimentos, por parte do próprio Estado? Como compreender, por exemplo, o incentivo à repressão desses movimentos pelo governo gaúcho?**

**Emir Sader** - Os movimentos sociais não devem se isolar da esfera política, buscando disputar hegemonia sob forma de força política ou aliar-se a movimentos políticos.

**IHU On-Line - Qual a contribuição dos movimentos sociais na construção de uma América Latina pós-neoliberal? O senhor vislumbra essa possibilidade?**

**Emir Sader** - Ela já existe centralmente no Equador, na Bolívia, na Venezuela.

**IHU On-Line - Alguns avaliam que pela primeira vez na história, com o governo Lula, o movimento social é respeitado enquanto força política. Outros consideram que Lula joga na despolitização do movimento social. Qual é a sua opinião?**

**Emir Sader** - Com razão, os movimentos sociais, seja o MST ou mesmo a CUT, têm várias críticas ao governo. Devem mantê-las e intensificá-las, mas estabelecer formas de aliança com os setores de esquerda do governo. Desconhecer esse elemento é fatal para o isolamento dos movimentos sociais. Se não conseguirem estabelecer aliança com setores deste governo, não lograrão com nenhum outro, porque a alternativa a este governo e a sua continuidade está à direita.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista com Emir Sader na página eletrônica do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). No sítio também estão disponíveis alguns artigos escritos por ele.

Entrevista:

\* *A renúncia de Fidel Castro e as implicações para a América Latina*, de 20-02-2008;

Artigos:

• *O encontro de Lula com os intelectuais*, de 20-06-2008;

• *Ética ou justiça social?*, de 08-10-2006;

• *Mudar, dentro do socialismo*, de 05-08-2006.

## “Os pobres só fazem política na hora de votar”

Ao longo da história, as reivindicações populares sempre foram consideradas uma ameaça à ordem da sociedade, avalia Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

POR PATRICIA FACHIN

“Hoje, a pretexto de defender a democracia, pela qual jamais lutaram, representantes da direita brasileira procuram criminalizar os movimentos sociais, justamente onde estão as forças que mais se empenham no aprofundamento da democracia neste país”, afirma

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, sociólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ao comentar a aversão da classe dominante frente às lutas populares, o pesquisador argumenta que o neoliberalismo “atualiza o velho preconceito liberal contra a participação dos trabalhadores na política”. E define: “Trata-se de uma política e de uma ideologia que se articulam a um processo de acumulação de capital ainda mais predatório do que o capitalismo dos chamados ‘trinta anos gloriosos’, do capitalismo que se seguiram à segunda guerra mundial.”

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é graduado e doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas, e mestre em Ciências Políticas, pela mesma universidade. cursou pós-doutorado em Ciências Sociais, pela Université de Paris VIII.

**IHU On-Line - Ocorre, especialmente no Brasil, uma disposição em criminalizar os diversos movimentos sociais? Esse fato está relacionado às nossas raízes histórica, política e econômica?**

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida** - Tradicionalmente, as classes dominantes brasileiras consideram as lutas sociais uma ameaça à ordem. É interessante observar que a Revolução Pernambucana de 1817 foi facilmente sufocada quando o comandante português alertou os proprietários para o risco que os escravos representavam para a ordem. As classes dominantes só se lançaram

na luta pela Independência do Brasil quando se asseguraram de que a escravidão continuaria. E conseguiram arrastá-la até 1888. Para não recuarmos muito no tempo, observemos que, no momento final da derrubada do Estado Novo, os representantes das classes dominantes alegaram que Vargas<sup>1</sup> se revelava incapaz de

1 Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930-1934 (Governo Provisório), 1934-1937 (Governo Constitucional), 1937-1945 (Regime de Exceção), 1951-1954 (Governo eleito popularmente). Sobre ele o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, realizado de 23



controlar o movimento operário. Em 1954, Vargas, desta vez presidente eleito constitucionalmente, em 1950, com quase 49% dos votos, também foi deposto, acusado de ser o maior subversivo do país, pois havia um grande ascenso das lutas operárias. E, em 1964, com o mote de defesa da democracia contra a subversão e a corrupção derrubaram o governo Goulart,<sup>2</sup> abrindo caminho para 21 anos de Ditadura Militar. As classes dominantes brasileiras possuem uma grande tradição de patrimonialismo, sem grande apreço pela distinção entre o público e o privado, mesmo quando esgrimem o discurso liberal. Hoje, a pretexto de defender a democracia, pela qual jamais lutaram, representantes da direita brasileira procuram criminalizar os movimentos sociais, justamente onde estão as forças que mais se empenham no aprofundamento da democracia neste país. A novidade atende pelo nome de neoliberalismo. Trata-se de uma política e de uma ideologia que se articulam a um processo de acumulação de capital ainda mais predatório do que

o capitalismo dos chamados “trinta anos gloriosos”, do capitalismo que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Procuram lucrar ao máximo no menor lapso de tempo possível, o que implica não somente uma gigantesca devastação ambiental mas também a superexploração dos trabalhadores. Daí as relações de trabalho precárias, a informalidade, o ataque à previdência social, as privatizações, o trabalho escravo ou semiescravo e outras mazelas que a maioria das pessoas consideravam inimagináveis no século XXI. Neste contexto, os dominantes consideram um escândalo que os pobres se organizem e lutem por seus direitos. O neoliberalismo atualiza o velho preconceito liberal contra a participação dos trabalhadores na política.

**IHU On-Line - A relação do Estado com os movimentos sociais tem revelado uma marginalização na política brasileira?**

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida** - Se depender da classe dominante brasileira, os pobres só fazem política na hora de votar e se votarem do que jeito que ela quer. E os eleitos fazem o que querem, ou seja, na maioria aprovam políticas que beneficiam os dominantes e são muito bem remunerados para isso. Alguém já viu pobre com dinheiro para corromper político? Mas quando os pobres procuram fazer política de outro modo, intervindo diretamente no processo de decisões acerca de suas próprias vidas, buscando se informar, trocar idéias e agir coletivamente, como é o caso dos movimentos que lutam pela reforma agrária, são tratados como criminosos. É claro que isto afeta a política brasileira, pois ela se transforma em uma atividade para um grupo muito restrito da população: aqueles que detêm o poder político e econômico.

**IHU On-Line - Duas bandeiras unificaram o movimento social na década de 1990, a luta contra o neoliberalismo e a eleição de um presidente operário. Agora o movimento social se encontra fragmentado. O senhor atribui essa divisão ao governo Lula?**  
**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida** - Até agora, o governo Lula tem demonstrado

**“As classes dominantes só se lançaram na luta pela Independência do Brasil quando se asseguraram de que a escravidão continuaria”**

muita competência para reciclar o neoliberalismo no Brasil. Seu prestígio popular é imenso, o que assegura grande legitimidade para a política de seu governo que beneficia fundamentalmente o grande capital nativo e estrangeiro. Os lucros das grandes empresas dispararam. Os empregos também aumentaram, mas, no geral com salários muito baixos. E, se, no ano passado, foram gastos cerca de 9 bilhões de reais com o Bolsa Família, isto é insignificante perto dos mais de 237 bilhões destinados ao pagamento de juros da dívida pública. Mas Lula não é de extrema-direita. Esta diferença é importante e, infelizmente, passa despercebida para grande parte das esquerdas brasileiras. Isto as impede de fazer uma crítica consistente ao governo, sem se confundirem com o golpismo da direita.

**IHU On-Line - O senhor disse que antes das eleições o mercado tinha medo de Lula e agora tem medo que o presidente se vá. Levando em consideração essa afirmativa e tudo o que presidente tem representado para a burguesia, é correto afirmar que os movimentos sociais, hoje, representam o grande perigo para esses setores da sociedade?**

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida** - A classe dominante brasileira tem uma tradição de grande docilidade frente aos interesses imperialistas e extrema dureza para com os dominados em nosso país. Reclamam do Estado o tempo

a 25 de agosto de 2004. Paralelo ao evento aconteceu a *Exposição Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, no Espaço Cultural do IHU. A revista IHU On-Line publicou os seguintes materiais referentes a Vargas: edição 111, de 16 de agosto de 2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004* e a edição 112, de 23 de agosto de 2004, chamada *Getúlio*. Na edição 114, de 6 de setembro de 2004, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26 de agosto de 2004 o Prof. Dr. Juremir Machado da Silva, da PUCRS, apresentou o IHU *Idéias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Idéias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, também de autoria de Juremir. Vale destacar os *Cadernos IHU em formação* número 1, publicado pelo IHU em 2004, intitulado *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. As versões eletrônicas encontram-se disponíveis no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> João Belchior Marques Goulart (1918-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964. Seu mandato foi marcado pelo confronto entre diferentes políticas econômicas para o país, conflitos sociais, greves urbanas e rurais. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: Fase Parlamentarista (da posse em 1961 a janeiro de 1963) e Fase Presidencialista (de janeiro de 1963 ao Golpe em 1964). Confira nas *Notícias do Dia 27-08-2007*, a entrevista “João Goulart e um projeto de nação interrompido”, realizada com o historiador Oswaldo Munteal. (Nota da IHU On-Line)

todo, mas “não vivem sem as suas te-  
tas”, sob a forma de empréstimos do  
BNDES (Banco Nacional de Desenvol-  
vimento Econômico e Social) a juros  
amorosos, subsídios, renúncias fiscais  
etc. E, claro, apelam para a repres-  
são estatal sempre que os movimentos  
sociais emergem. Por isso, entramos  
no século XXI como uma das maiores  
desigualdades sociais do planeta. Esta  
ojeriza à ação coletiva dos dominados  
tende a aumentar na medida em que  
sinais de crise despontam no capitalis-  
mo mundial.

**IHU On-Line - Como o senhor perce-  
be a participação indígena na políti-  
ca, no caso do governo Evo Morales?  
Por que no Brasil movimentos sociais  
como esse não representam partici-  
pação efetiva?**

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida -** No  
Brasil, os movimentos sociais de cará-  
ter étnico ainda têm um longo caminho  
pela frente, a começar pelo movimen-  
to negro. A população indígena brasi-  
leira foi quase totalmente dizimada e  
seus descendentes necessitam de um  
apoio muito grande para sobreviverem  
cultural e mesmo fisicamente. Lutam  
com a pequena força que possuem.  
Em poucas palavras, a maioria dos  
movimentos sociais brasileiros não se  
caracteriza por uma forte identidade  
étnica. Já os povos indígenas represen-  
tam quase 70% da população da Bolí-  
via, situação parecida com a de outros  
países da América Latina. Isto faz com  
que estes movimentos, ao contrário dos  
principais movimentos sociais brasilei-  
ros tenham um profundo componente  
étnico. Os movimentos sociais se for-  
taleceram muito na Bolívia e impulsio-  
naram a eleição de Evo Morales. Resta  
saber se Evo Morales estará à altura  
das expectativas que os movimentos  
sociais depositaram neles.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista com Lúcio Flá-  
vio Rodrigues de Almeida na nossa página ele-  
trônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

\* *A tragédia da democracia: a repressão ao exer-  
cício de direitos políticos dos trabalhadores*. Edi-  
ção 259, de 26-05-2008.

**PARTICIPE DOS NOVOS EVENTOS DO IHU  
CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM  
WWW.UNISINOS.BR/IHU**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana

# Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU e está em exibição nos cinemas de Porto Alegre, como o Arteplex, do Shopping Bourbon.

Antes que o diabo saiba que você está morto

## Ficha técnica

**Título Original:** Before the devil knows you're dead

**Diretor:** Sidney Lumet

**Gênero:** Suspense

**Tempo de Duração:** 117 minutos

**Ano de lançamento:** 2007 (EUA)

**Elenco:** Philip Seymour Hoffman, Ethan Hawke,

Albert Finney, Marisa Tomei

**Resumo:** Andy Hanson (Philip Seymour Hoffman)

é um viciado em drogas que precisa

de dinheiro para conseguir ir embora de Nova York.

Ele convence o irmão Hank

(Ethan Hawke), que também tem problemas financeiros,

a assaltar a joalheria de seus pais. No entanto,

o plano não sai conforme o planejado.

## Entre a liberdade e a degradação

POR ANDRÉ DICK

Alguns filmes baseados na realidade, digamos assim, ou seja, não circunscritos a um universo fantasioso, costumam se exceder: quando percebemos um determinado comportamento dos personagens ou excessivos despistes da trama, sabemos que ele passou do ponto, passando a ser exagerado, irreal. Não é o caso de *Antes que o diabo saiba que você está morto*, certamente um dos filmes mais realistas dos últimos anos. Mas não — longe disso — comum.

A trama, mesmo contada de forma linear (o que não acontece no filme) é, no mínimo, inusitada: dois irmãos, Andy (Phillip Seymour Hoffman) e Hank (Ethan Hawke), estão interessados em dar um novo rumo em suas vidas. A saída proposta pelo mais velho, Andy, é assaltar a joalheria dos próprios pais. No entanto, sem coragem, para isso, convida o irmão

mais novo a praticar o ato — dando a desculpa de que esteve há pouco tempo no local para participar de um negócio, ou seja, de que todos lembrariam dele. Hank, no entanto, ainda mais inseguro, envolve uma terceira pessoa, um atendente de bar que, obviamente, acha que irá praticar um assalto fácil. Obviamente, o plano se depara com percalços e o aspecto inesperado, mas nunca menos do que extremamente real, se pronuncia, levando a trama a uma espécie de “efeito dominó”, em que as peças vão desmoronando aos poucos. À medida que os personagens são seres despedaçados pela realidade, um retrato pálido do que sonharam seus pais, eles nunca são menos do que profundamente desesperançosos. Não há, em nenhum deles, empatia ou otimismo. Tanto Andy quanto Hank parecem representar o limite de

degradação, no sentido da conservação de valores, como a família e a ética. No entanto, isso esconde algo mais profundo: o assalto não deixa de ser uma maneira de ambos se aproximarem dos pais, distanciados pela vida adulta. O que significa que, apesar de parecer que apenas o dinheiro traz um conforto existencial e familiar, numa sociedade corrompida, em que tudo se perde e nada parece ser recuperado, nem em termos de compreensão, ele é almejado apenas para o sentido de independência e de liberdade — em relação sobretudo ao passado.

Se Hank é cobrado diariamente por não conseguir sustentar sua própria filha — tentando mantê-la num colégio para uma classe melhor de vida, o que o obriga a fazer promessas de passeios a ela, sem nenhum dinheiro no bolso

— e por dever meses de pensão à ex-mulher, Andy tenta superar o vazio do casamento com Gina (Marisa Tomei, em boa atuação) e do “sonho imobiliário” americano, com desvios de dinheiro, mergulhando no universo soturno das drogas. No entanto, não há nada no comportamento de ambos que indique tamanho desalento. Um é jovem; o outro conseguiu chegar a um certo patamar confortável. No entanto, ambos estão descontentes e ligados pela mesma mulher, Gina, já que esta é amante do cunhado, Hank. Se o círculo familiar, digamos, não é respeitado, os personagens levam ao limite seu conflito com a figura paterna, Charles (interpretado com rara desenvoltura por Albert Finney), de poucos gestos humanos e distante dos filhos.

Aos 84 anos, Sidney Lumet, cineasta caracterizado por tramas lentas e às vezes complexas — como *Rede de intrigas* e *O veredito* — tem uma certa obsessão pelo universo familiar (*Daniel* e *Negócios de família*, filmes da década de 1980, representam bem essa característica) e pela situação de assalto (que enfoca no clássico *Um dia de cão*, no qual mostra o personagem interpretado por Al Pacino acuado dentro de um banco), mas nunca pareceu tão interessado pela degradação do ser humano quanto em *Antes que o diabo saiba que você está morto*. Sustentado num roteiro escrito por um ex-frei franciscano, Kelly Masterson, Lumet desenha uma verdadeira concepção mórbida da realidade nova-iorquina. Os personagens, à medida em que adentram um universo ao qual não gostariam de pertencer, vão se ligando cada vez mais à paisagem urbana, soturna, pesada, concentrada em bares, quartos pequenos, salas de jantar, banheiros, escritórios envidraçados — que, apesar da suposta transparência, escondem o uso das drogas. O apartamento, por exemplo, onde o personagem de Hoffman vai se drogar fica num prédio do qual é possível ver outros edifícios de Nova York, e a câmera de Lumet sinaliza o vazio que liga o olhar do traficante, sentado à frente da janela, ao céu cinza, sombrio.

É impressionante como Lumet filma os personagens, não tendo a menor piedade de nenhum — pelo contrário,

isolando-os, também em relação ao espectador, que pouco torce para eles, à medida que parecem extremamente voltados ao próprio universo. É claro que o cineasta concede espaço a alguns maneirismos, provindos da cinematografia de Quentin Tarantino, especificamente de *Pulp fiction* — *Tempo de violência*, com seus *flashbacks*, a trama pouco linear, retomando, a cada seqüência, o que se passou antes dela, a fim de que haja uma maior completude na narrativa, além dos congelamentos de imagem, levados à hiperbolia por Fernando Meirelles no excelente *Cidade de Deus*. O recurso já foi utilizado à exaustão nos últimos anos, em bons filmes, como *Amnésia*, mas Lumet, de qualquer modo, consegue extrair um realismo vivo dos mesmos movimentos.

Além disso, os personagens que resolve filmar não parecem nutrir nenhuma esperança no futuro — porque o passado, para eles, representado pela figura do pai, deve ser esquecido. É uma cena significativa aquela em que o filho interpretado por Hoffman conversa com o pai durante o enterro. Nela, o pai procura encobrir o afastamento que teve durante toda a vida do filho, jamais conseguindo, no entanto afastar-se dele, porque, afinal, é sua imagem emblemática de futuro; a conversa é no pátio da casa familiar, com mesas e uma espécie de fotografia outonal. Nesse mesmo enterro, ele também acaba julgando o outro filho, interpretado por Hawke, um sujeito fraco. Os dois irmãos, em suas qualidades e defeitos, acabam se completando, mas o que se percebe é que o mais velho acaba tendo uma inveja de, mesmo sendo “melhor sucedido”, não ganhar o respeito do mais novo. É essa tensão interna entre os personagens — bem resolvida nas atuações de Hoffman, um ator cada vez mais primoroso, e Hawke, que interpreta bons personagens inseguros (como aquele que fez no excelente *Dia de treinamento*, em que divide a tela com Denzel Washington) — que sustenta o filme até a explosão final de violência e questionamento quanto a qualquer motivação existencial. A independência deles em relação às figuras paternas surge de uma maneira traumática, e o que era até antes do assalto uma vida tranqüila se

transforma numa viagem ao mundo da criminalidade.

Outro eixo central do filme é sua ligação com o corpo: ele inicia o filme com uma cena de sexo pouco comum no cinema hollywoodiano entre os personagens de Hoffman e Tomei. O curioso é que o casal lembra que teve os melhores momentos de sua relação no Rio de Janeiro, no Brasil. Este é sempre lembrado como uma espécie de paraíso. Como o par central não parece estar sonhando — ou tendo um pesadelo —, esse parece ser o outro mote do filme: o corpo lhes dá uma fuga da realidade. O personagem de Andy, também, ao se drogar, parece encontrar uma paz que não está mais presente em sua vida. Ou seja, o corpo, ao longo de *Antes que o diabo saiba que você está morto*, é um retrato do castigo e do pecado, e, se ele está próximo do paraíso, como subentende o ditado que abre o filme, é porque a pessoa não sabe ainda o que a espera. No entanto, ele ainda sonha com o paraíso real, não só fictício: o objetivo da mulher seria também voltar ao Brasil para voltarem a ter a paz que tiveram na passagem pelo país (o que não deixa de ser também fictício). Sob esse ponto de vista, a trama joga com o peso na consciência que carrega os personagens, cada vez mais envolvidos num universo movido pelo dinheiro (o qual tanto almejam) e suas inseguranças referentes ao corpo. Este, portanto, passa a ser um flagelo quando se tenta justificar que ele precisa de paz, seja por meio das drogas ou das viagens que necessitam de dinheiro.

É curioso que o ex-frei franciscano Kelly Masterson, responsável pela concepção da narrativa, tenha uma visão tão negativa e nebulosa da realidade, mas, ao mesmo tempo, é notável como ele joga com a própria imprevisibilidade desse universo tão real e perturbador. Pois, a julgar pelo filme de Lumet, realmente não se sabe o que virá depois de corrompido o círculo familiar: o destino parece ser uma incógnita, e a humanidade, até determinado ponto, parece se distanciar num corredor vazio. O que Lumet e Masterson nos oferecem não é conforto, mas um sentimento incômodo de o ser humano estar em trânsito, mesmo estagnado.

# Livro da Semana

## Stálin: intelectual e assassino

Em *O jovem Stálin*, o historiador e jornalista britânico Simon Montefiore analisa a compatibilidade entre o intelectual e o assassino e aborda a personalidade complexa e multifacetada do ditador

POR MÁRCIA JUNGES

**L**eitor voraz, que “freqüentou” Emile Zola e Honoré Balzac, entre outros escritores, cantor, poeta e jornalista. Difícil se acreditar que falamos de Josef Stálin, o ditador soviético que por quase três décadas conduziu sob regime pétreo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Muito antes de se tornar o “pai dos povos”, o georgiano escolhido por Lênin gastava seu tempo cultivando sua intelectualidade, mas sem deixar de lado as inclinações nada louváveis que o tornariam “a pessoa certa” a conduzir o gigante asiático. Explorar essas veredas é o que faz o historiador e jornalista britânico Simon Montefiore em sua mais recente obra, que acaba de ser traduzida para o português por Pedro Maia Soares como *O jovem Stálin* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008). Montefiore mostra como conviviam na mesma pessoa o intelectual e o assassino, e responde à pergunta da IHU On-Line, em entrevista concedida por e-mail, com outra pergunta, em tom provocativo: “O que é incompatível entre um intelectual e um assassino?”. Ele próprio responde: “Em Stálin isso era inteiramente compatível”. De acordo com o autor, ele era capaz tanto de escrever um artigo, quando arranjar um assassinato. Obcecado por História e Literatura, Stálin é apresentado em sua complexidade, para além dos estereótipos que o qualificam como um monstro acéfalo. Essa figura paradoxal aponta, com agudeza, os antípodas pelos quais o homem pode transitar. A obra despertou tanto interesse que a Miramax e a Ruby Filmes, numa co-produção com a Film Four estão gravando um longa, intitulado *Young Stalin*. Ela foi premiada com o LA Times Book Prize in Biography, o Prêmio Costa Biography e o Prêmio Bruno Kreisky sobre Literatura Política.

Especializado na história da Rússia, Montefiore é autor de inúmeros livros, traduzidos para 34 idiomas. Entre eles, destacamos *A corte do czar vermelho* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). É membro da Royal Society of Literature, da Inglaterra, e formado na Gonville & Caius College, da Universidade de Cambridge. Confira, a seguir, a breve e incisiva entrevista exclusiva que concedeu à IHU On-Line, por e-mail. Para maiores informações sobre o autor, visite o site [www.simonsebagmontefiore.com](http://www.simonsebagmontefiore.com). Sobre Stálin, confira, ainda, a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, intitulada “Stálin e Roosevelt: uma troca de cartas reveladora”, analisando a obra *Prezado Sr. Stálin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler.

“Stálin foi o patrono condutor e, como mostra o livro, foi de muitas maneiras um monstro, mas em muitas maneiras também uma pessoa complexa e espantosa”

“Lênin via a violência como inteiramente necessária: ‘Stálin era exatamente o tipo de homem que precisamos’, ele disse”

**IHU On-Line - O que sua obra traz de novidades à “stalinologia” e à “sovietologia” em geral?**

**Simon Montefiore** - Espero que meu livro revele não apenas uma crônica legível de Stálin<sup>1</sup> e do seu tempo, mas também que ele revele como o sistema bolchevique de poder realmente funcionava, sua intimidade e o quão importante foi a personalidade do ditador. Aquele sistema envolveu ideologia, é claro, mas realmente foi fundado no clientelismo e na personalidade. Stálin foi o patrono condutor e, como mostra o livro, foi de muitas maneiras um monstro, mas em muitas maneiras também uma pessoa complexa e espantosa. Este foi meu primeiro livro sobre Stálin, *A corte do czar vermelho* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). Agora, em *O jovem Stálin*, mostro o quão incomumente dotado e um jovem excepcional Stálin foi. O livro está tão cheio de material novo que é

1 Josef Stálin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin chegou ao posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira, ainda, a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, intitulada “Stalin e Roosevelt: uma troca de cartas reveladora”, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler. (Nota da IHU On-Line)

impossível listá-lo. Mas está transbordando com novas fontes e com novos materiais e penso que qualquer leitor irá apreciá-lo.

**IHU On-Line - Quais qualidades intelectuais e artísticas de Stálin foram descobertas através de sua pesquisa?**

**Simon Montefiore** - Ele era um rato de biblioteca, cantor, poeta publicado, jornalista e um aficionado por História.

**IHU On-Line - Que autores Stálin leu em sua formação intelectual? Você vê influências desses pensadores na forma como conduziu os rumos da URSS?**

**Simon Montefiore** - Stálin leu muitos autores, mas eu destacaria Émile Zola,<sup>2</sup> Honoré de Balzac<sup>3</sup> e Vitor Hugo.<sup>4</sup>

**IHU On-Line - Como podemos entender esse perfil intelectualizado com seu comportamento à frente do governo russo?**

2 Émile Zola (1840-1902): escritor francês. Criou o movimento literário chamado Naturalismo, segundo o qual se aplicava à descrição dos fatos humanos e sociais o rigor científico. Além de romancista foi também jornalista. Escreveu *O ventre de Paris* (1873), *A taberna* (1877), *Naná* (1880) e *Germinal* (1885). (Nota da IHU On-Line)

3 Honoré de Balzac (1799-1850): dramaturgo francês, autor do conjunto de romances *Comédia humana*. Representante da transição na passagem do romantismo para o realismo, ele mistura aspectos das duas tendências. (Nota da IHU On-Line)

4 Victor-Marie Hugo (1802-1885): escritor e poeta francês de grande atuação política em seu país. Escreveu *Les misérables* e de *Notre-Dame de Paris*, entre diversas outras obras. (Nota da IHU On-Line)

**Simon Montefiore** - Ambos são totalmente compatíveis. Ele era obcecado pela História e pela Literatura e ele controlava ambas as personalidades.

**IHU On-Line - Como conviviam o intelectual e o assassino em Stálin? Que fatos destacaria nesse sentido?**

**Simon Montefiore** - O que é incompatível entre um intelectual e um assassino? Em Stálin ambos eram completamente compatíveis.

**IHU On-Line - Seria essa combinação entre inteligência e maldade o motivo de ter sido o escolhido de Lênin?**

**Simon Montefiore** - Essa é exatamente a questão. Isso o tornou único. Ele podia tanto escrever um artigo quanto organizar um assassinato. Não são muitas as pessoas que podem fazer ambos. Eles não viam isso como maldade e inteligência. Lênin via a violência como inteiramente necessária: “Stálin era exatamente o tipo de homem que precisamos”, ele disse.

**IHU On-Line - Você percebe o stalinismo como uma continuação do leninismo? Quais seriam as principais rupturas?**

**Simon Montefiore** - Com as novas evidências que temos, não há dúvida de que eles eram inteiramente compatíveis e uma continuação. *O jovem Stálin* mostra isso claramente. A única disputa deles em 1922-24 foi mais sobre incômodos e poder do que uma real diferença ideológica e metodológica.



# Invenção

Editoria de Poesia

## Annita Costa Malufe

POR ANDRÉ DICK

A poeta Annita Costa Malufe nasceu em São Paulo (SP), em 1975. Fez mestrado em Comunicação e Semiótica, pela PUC-SP, pela, e doutorado em Teoria e História Literária, pela Unicamp. Sua poesia traz cenários do dia-a-dia, mas sob uma perspectiva fragmentada, rompendo com a sintaxe comum, o que já é percebido claramente em seu livro de estréia, *Fundos para dias de chuva* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2004) Nesse livro, Annita lida com imagens ligadas ao espaço familiar, trabalhando sobretudo com a memória poética da subjetividade, registrando lembranças e sensações por meio de objetos, ambientes, livros, insetos, estrelas, quartos, ruas, sons, plantas, cores, imagens de praias etc. O próprio título do livro se encontra num fragmento com reminiscências de uma figura familiar: “Fundos para dias de chuvas” lembraria a “a etiqueta na caixa de papelão de meu pai”. Não só neste poema há um clima de nostalgia e tentativa de reencontrar uma infância escondida em cômodos pela casa. Versos como “Escrever sobre este vácuo / mácula / da minha sagrada família / me contém / estreita / no corredor da casa / antiga / que abriga / ainda / o manacá / e o sino / de quando nasci”, de “O manacá e o sino”, indicam a tentativa de permanência de algo que pode se perder se não vertido para a escrita.

Não raramente, em meio a esse ambiente familiar, Annita desenha uma ligação com alguém que pode completá-la, mesmo havendo uma aparente impossibilidade de isso acontecer. Em “Poema português”, por exemplo, as flores sugerem a dificuldade de um en-

contro: “Hesito um instante / enquanto queima / o sândalo / no incensário de cerâmica / / Hesito / (nossos anos / e nada / além das pétalas secas / do crisântemo / e o vaso)”. Desse modo, por vezes a natureza representa uma espécie de perda, sob um ângulo sórturo: “Colho folhas mortas / e conto os dias / até que anoiteça / [...] / Sei que é preciso seguir / antes que a mata me cubra / de negro / e as águas afoguem / de vez / a sede”.

Pode-se apontar, sem dúvida, com referências à convivência com avós, traços autobiográficos na poesia de Annita, o que ela subverte por meio de uma metalinguagem: “Tumultuo a página branca com meus traços aflitos, sem direção”, página que pode estar contida no que ela chama de “diário negro”, querendo sempre recuperar o que considera o ponto de partida: “Preciso acreditar na existência do mundo, nas ondas que circulam minha casa. / Preciso acreditar na minha casa, / ou o risco se torna maior”. A ausência de entendimento pode abalar esse espaço que representa a segurança: “Penso na tua partida / e o apartamento fica grande / (longos corredores / varandas / paisagens a perder de vista)”. Sob o aspecto lingüístico, ela apresenta leituras de poetas como Ana Cristina Cesar — a qual estudou num livro intitulado *Territórios dispersos: a poética de Ana Cristina Cesar* (São Paulo: Annablume, 2006) — e de franceses contemporâneos, com uma poesia baseada, por vezes, na Language Poetry norte-americana.

Annita mantém a mesma estranheza, no que se refere à linguagem, em

seu trabalho seguinte, *Nesta cidade e abaixo de teus olhos* (Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2007), com um discurso que parece, como em seu primeiro livro, autobiográfico, mas encoberto por várias releituras e uma noção indeterminada de tempo e espaço. Ela, com isso, por vezes, apresenta um traço metalingüístico, como em seus trabalhos anteriores. Existe, por exemplo, um diálogo com um dos alicerces dos estudos poéticos que realiza: Maurice Blanchot, que lidava com uma crítica literária baseada em idéias filosóficas. Annita, por meio dos versos, vai compondo uma espécie de tentativa de ser escutada por um interlocutor e desenha uma tentativa de poema longo vista poucas vezes na poesia brasileira contemporânea. Por meio de fragmentos que lembram muitas vezes um diário, mas destacados por uma sintaxe e uma estrutura turvas, em que cabem muitas observações, simultaneamente, a poeta realiza um choque entre literatura e realidade com competência e propriedade. Há, como no livro de estréia, uma tentativa de recuperar o espaço familiar: “o lento retorno à casa / os gestos reiterados na medida de um tempo que se esgota / uma espera trazida nas malas / o esforço por se desfazer dos gestos colados ao corpo”. Por meio dessa melancolia, a poeta regressa sempre à escrita: “prefiro não voltar / prefiro / a lentidão das palavras” — mostrando um desamparo que só pode ser eliminado pela aparição de alguém que possa ser um pedaço de sua história. Na mesma linha desse livro, Annita enviou especialmente à IHU On-Line alguns fragmentos de seu novo trabalho.

## DOIS FRAGMENTOS (INÉDITOS)

[ELA PERDEU OS SAPATOS]

ela perdeu os sapatos em frente ao ônibus  
ela perdeu os sapatos as meias a direção  
era uma volta e meia antes de descer no ponto abarrotado  
ela perdeu perdia algo além do destino  
uma vaga lembrança um papel amarrotado no bolso  
rua Amaral Vieira a numeração quase ilegível seria preciso  
procurar a casa a casa, sim,  
me lembrei agora sim por um segundo me lembro  
o sentido desta viagem o sentido era para que  
houvesse algum mínimo interesse – o sentido é  
o interesse de uma proposição – um mínimo sentido  
estar ali de pé descalça diante do corredor de ônibus  
o bilhete zerado o pouco dinheiro a vista perdendo o foco  
era uma volta e meia apenas quatro ou cinco quadras  
quatro ou cinco casas porque não era possível identificar  
o número exato no amarrotado do papel  
o que estará escrito aqui?  
deus, uma casa ou um armazém preciso continuar  
antes que me esqueça exatamente a que vim

[...]

antes que me esqueça exatamente a que vim  
vasculho a bolsa dependurada no ombro  
enxugo algumas lágrimas ou gotas de suor (ou de chuva?)  
não sei exatamente a que vim e o homem me olha  
com a testa franzida diante do armazém  
a escuridão me assusta  
moço, posso acender a luz?  
espreitar alguns movimentos antes  
que me esqueça vim por que não me restava outra alternativa  
era embarcar não pensar muito tempo  
a rua estreita e o guarda-chuva pendurado no braço  
vasculho a bolsa retiro o envelope  
leia, foi ela quem mandou  
eu não costumo fazer este papel eu não costumo  
tomar partido o que será que me faz estar aqui  
nesta história? esta história não é minha?  
o homem de barba me olhava sério  
eu não sou daqui quis dizer a ele quis e não disse  
eu apenas vim entregar eu não tinha alternativa  
ao mesmo tempo guardo no bolso esta viagem  
disfarçada alguns arranhões marcas das dobras do papel  
ao mesmo tempo eu não tinha escolha definida  
por pouco não me esqueci  
vim sem sapatos sem direção quase não achei novamente o foco  
era preciso acender as luzes por uns instantes fixar a lembrança  
moço, por favor, acenda a luz?

[DIZER E NÃO DIZER]

fico um tempo concentrada no título do livro  
*dire et ne pas dire*  
dizer e não dizer  
faz sentido  
uma frase escrita há um tempo atrás  
quando ainda não se notava a precisão exata  
de resto eram apenas sinais eram apenas  
leves sinais tantas vezes revertidos em signos  
mas tantas vezes apenas dispersados na atmosfera  
*dire et et pas dire*  
não se trata de ser ou não ser não se trata simplesmente  
de estar ou não estar ali com as mãos nos bolsos  
olhando a chuva como se ela caísse devagar  
não se trata de desacelerar as gotas da chuva como se  
captadas em câmera lenta  
é antes o dizer e o não dizer que se atrelam  
como gatos sobre o sofá misturando suas patas  
dizer e não dizer pode fazer sentido ou pode então  
largar sentidos sobre o colo como gatos sobre o sofá sentidos  
e gatos sobre o sofá onde abandono o livro  
não sem olhar pela última vez o título em cor-de-laranja  
*dire et ne pas dire*  
em que talvez alguma simultaneidade esteja sugerida ou pressuposta

[...]

ela poderia entrar sem tocar a campainha  
a porta estaria aberta apenas encostada  
e foi devagar que os passos iam sendo ouvidos  
sem eco sem reverberação o som era pouco  
havia um sentido de reencontro e um sentido de  
mostrar uma fotografia ou uma lembrança de viagem  
o livro que ele tinha nas mãos era o mesmo  
*dire et ne pas dire*  
e tudo parecia tão natural que era esta mesma a palavra que vinha  
mesmo sem ser dita tudo era naturalmente  
a mesma coisa o mesmo lugar comum  
como se aquele fosse o livro de cabeceira o livro que os acompanhava  
*dire et ne pas dire*  
uma e outra coisa como partes de uma mesma tendência comum  
entre eles tudo ficava dito e não dito  
dizer e não dizer era o que dava o sentido  
o que renovava o sentido de um reencontro sempre  
incompleto reiterando-se  
no mesmo lugar  
comum  
era esta a palavra que vinha mesmo sem ser dita

## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 21-07-2008 a 26-07-2008.**

**Pecuária na Amazônia? “Perdas incalculáveis”**

Entrevista com Peter May

Confira nas Notícias do Dia 21-07-2008

Para o ambientalista, as propostas para a Amazônia são diferentes entre os ministérios do Brasil. Por isso, para que haja uma efetividade no que diz respeito às políticas econômicas na região, é preciso conciliar as propostas da Casa Civil, do Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

**Governo Yeda. “Não há uma política econômica clara”**

Entrevista com Carlos Paiva

Confira nas Notícias do Dia 22-07-2008

Não há uma política de desenvolvimento clara no governo Yeda. Há, somente, o ajuste fiscal. “Então, na medida em que se ajusta fiscalmente, mas não se sabe o que fazer com o dinheiro, não é possível ter muita esperança para o futuro do estado”, afirma o economista gaúcho.

**Operação Satiagraha e Gilmar Mendes: “Ele não tinha competência para decidir aquele habeas corpus”**

Entrevista com Douglas Fischer

Confira nas Notícias do Dia 23-07-2008

Nesta entrevista, o promotor analisa a posição do Judiciário, sobretudo sobre as decisões do ministro Gilmar Mendes em relação aos acusados na Operação Satiagraha.

**Os riscos do aquecimento global para o Pantanal**

Entrevista com Paulo Teixeira

Confira nas Notícias do Dia 24-07-2008

Para o professor, o Pantanal já sofre inúmeros problemas e corre riscos que podem derivar do aquecimento global.

**Movimentos sociais e criminalização: “Quando acende uma luz vermelha é preciso procurar a causa do problema”**

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio

Confira nas Notícias do Dia 25-07-2008

Para Plínio de Arruda Sampaio, a criminalização dos movimentos sociais é, sobretudo, “a criminalização da pobreza”, fruto de uma grande exclusão promovida pelo avanço do capitalismo.

**Agroecologia: uma forte alternativa ao agronegócio**

Entrevista com José Tardim

Confira nas Notícias do Dia 26-07-2008

Uma alternativa ao agronegócio e ao consumo exacerbado de banalidades é a proposta do agronegócio no Brasil. Por isso, a 7ª Jornada de Agroecologia do Brasil, que acontece em Cascavel, PR, até hoje, sábado, discute a ampliação desta prática.

### Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), no dia 23-07-2008.

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista

# Perfil Popular

## Luiz Carlos Alves Teixeira

POR BRUNA QUADROS E PATRICIA FACHIN

“**M**inha vida é essa aí, ó: andar na rua para viver a vida. Sempre vou lutar pela vida, até o dia em que eu morrer.” Este frase define bem a personalidade de Luiz Carlos Alves Teixeira, 54 anos. Ele, que encontrou uma forma digna para se sustentar, juntando material reciclável para vender, perdeu a confiança dos seus irmãos que, há dois anos não o procuram, “porque sou um pobre lixeiro andando pela vida”. Antes de ser papeleiro, Luiz já trabalhou em circo, fazendo números de fogo e caminhando sobre cacos de vidro, além de ajudar seu pai a cortar lenha. São os seus pais os grandes responsáveis por Luiz ter aprendido a viver dignamente, enquanto poderia ter se rendido à marginalidade.

Morador da Vila Batista, em São Leopoldo, é com o trabalho de reciclagem que Luiz Carlos Alves Teixeira ganha a vida. E, para isso, ele conta com a solidariedade. “Todo mundo me ajuda, na Vila. Tem firmas que me dão coisas (papelão e material reciclável). Minha vida é essa aí, ó: andar na rua para viver a vida. Sempre vou lutar pela vida, até o dia em que eu morrer.” É assim que, aos 54 anos de idade, Luiz, que pôde estudar apenas até a 4ª série, garante o seu sustento. Embora já tenha trabalhado com carteira assinada, ele ainda não pode se aposentar. “Fiquei seis anos sem contribuir e agora não consigo pagar o INPS.”

Enquanto contava sua história de vida, várias vezes, Luiz afirmou que está lutando para viver a vida. Prova disso é a sua força de vontade. “Minhas duas pernas estão machucadas. Médico não dá força, e ainda pode dar

**“Não ando roubando, porque não adianta o cara roubar.**

**Trabalhar honestamente é bom, as pessoas me ajudam.**

**Para mim, é a mesma coisa que trabalhar em uma firma”**

remédios errados. Eu mesmo compro comprimidos para a dor e ganho força para começar.” Para ganhar o pão de cada dia, Luiz percorre a Vila Batista, passando todos os dias pela Avenida Unisinos, chegando a fazer até seis viagens por dia, quando tem bastante papelão. Quem compra o material que Luiz junta é o seu colega, “Milico”. “Uma base de R\$ 150, por semana. Às vezes dá R\$ 80.” É com esta renda que ele se mantém com a mulher, dona de casa, e um enteado, de 18 anos. Da primeira união, Luiz tem uma filha. Agora, ele tem outra esposa, da qual

ele fala com muito orgulho. “A minha família é a minha mulher, que me dá valor. Ela é uma pessoa legal, faz tudo para mim, e eu por ela.”

Quando diz que a mulher é a sua família, não é à toa. Luiz tem oito irmãos, dois já são falecidos, mas ele parece ser sozinho no mundo. “Eles não me procuram há quase dois anos, porque eu sou um pobre lixeiro andando pela vida. Mas isso não me interessa. O que me interessa é batalhar, ter amizade com as pessoas que são legais comigo e me dão força.”

A rotina de Luiz é difícil, e nem por

“Aprendi com os meus pais a batalhar, não roubar e ser amigo de todo mundo, que todos irão me ajudar”

isso ele pensa em desistir. “Saio de casa 5h da manhã e só vou parar lá pelas 4 da tarde, quando almoço. Até esse horário, trago café e pão. Não ando roubando, porque não adianta o cara roubar. Trabalhar honestamente é bom, as pessoas me ajudam. Para mim, é a mesma coisa que trabalhar em uma firma. Trabalho sábado e domingo, também. Não sei ficar parado, em casa. Não tenho preguiça, gosto de trabalhar. Só em dias de chuva que fico em casa. Mas tem vezes que boto a capa de chuva e saio.”

Antes de trabalhar como papelheiro, Luiz ajudou o seu pai, trabalhando como cortador de lenha, em Capela de Santana, município vizinho a sua cidade natal, Lavras do Sul. “Já trabalhei em circo, também. Eu fazia número de fogo e caminhava sobre cacos de vidro. Sai porque não gostava mais. Gostava de andar na rua trabalhando. Não tenho queixas da minha vida.”

Hoje, o maior sonho de Luiz também está relacionado ao trabalho. “Ter uma carrocinha para continuar trabalhando. A carroça maior é melhor que a minha carreta.” Católico, Luiz acredita fielmente em Deus. É Nele, também, que busca forças para não deixar morrer a grande lição de vida que seus pais lhe passaram. “Aprendi com os meus pais a batalhar, não roubar e ser amigo de todo mundo, que todos irão me ajudar.” A perda dos pais é a maior tristeza de Luiz que, enquanto tinha a mãe e o pai por perto, aproveitou cada momento. Hoje os momentos felizes são sinônimos de saudade.

# IHU Repórter

## Eusébio Schneider

POR BRUNA QUADROS

A trajetória profissional de Eusébio Schneider é alicerçada nos princípios e valores da Unisinos. Já são 35 anos de trabalho dedicados à universidade. Ao longo deste tempo, ele acompanhou os avanços e desafios da instituição. Alguns momentos foram de dificuldade, mas nem por isso ele pensou em desistir. Hoje, Eusébio, que é gerente do setor da Gerência de Registros Acadêmicos, “veste a camisa” da Unisinos e sonha em ver a universidade reconhecida e diferenciada. Ao contar a sua história de vida para a revista **IHU On-Line**, Eusébio não conteve a emoção, principalmente, ao falar da família e relembrar a infância humilde no município de Poço das Antas, quando não tinha nem calçados para ir à escola.

FOTO ARQUIVO PESSOAL



**Origens** - Nasci em Boa Vista, comunidade do interior do município de Poço das Antas. Nela, havia uma única escola, uma única igreja e não existia, na época, energia elétrica. Havia, também, um moinho que produzia energia para os municípios vizinhos mais próximos, e éramos um deles. A Escola Municipal Mãe de Deus, que ficava a 3 km de casa, contava com um único professor. Nós íamos a pé e descalços, porque não tínhamos calçados. Meus pais trabalhavam na roça. Eu via a dificuldade dele e dos irmãos mais velhos, por causa do sofrimento da vida árdua que eles levavam. Somos em 11 irmãos. Estou com 53 anos e sou o sétimo filho. Havia briguinhas em casa, mas também muita união. A minha mãe está com 87

anos e, quando fazemos churrasco na casa dela, se falta um dos filhos, ela pergunta o motivo.

**Estudos** - Naquela época, a gente lia a Bíblia e decorava o catecismo, além de falar em alemão no colégio. No primeiro ano de escola, se comemorava a primeira comunhão. Depois de quatro anos, a gente saía da escola. Não tinha prova de avaliação no colégio. Os pais iam à escola e verificavam se os seus filhos tinham condições de ler um texto da Bíblia. Depois disso, se passava para o ano seguinte. Lembro de um padre jesuíta, Jacó Melz, que nas reuniões de catequese, após a missa, perguntava quem gostaria de ser padre. Eu não tinha a intenção, mas levantei a mão e disse que queria ser padre, porque